

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 184

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Cezar Silvestri</i>

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 126ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
04 DE DEZEMBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/346 a 380, 383 a 388 e 392 a 394/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

088/2001: De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.290. **Anote-se - Arquivo-se.**

104/2000: De autoria do deputado Luiz Carlos Belinati, que dispõe sobre o Programa Suplementar de Informatização de Escolas e Creches, que se constitui na arrecadação de equipamentos adquiridos através de doações, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.291. **Anote-se - Arquivo-se.**

293/2001: De autoria do Poder Executivo, que revoga a condição de destinação sobre o imóvel que especifica e autoriza o município de Ivaí doá-lo à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, para construção de unidades habitacionais, do Programa Vila Rural, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.292. **Anote-se - Arquivo-se.**

403/2000: De autoria do deputado Moysés Leônidas, que autoriza a Universidade Estadual de Londrina - UEL, a alienar os bens que especifica, de sua propriedade, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.293. **Anote-se - Arquivo-se.**

590/1999: De autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Cafelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.294. **Anote-se - Arquivo-se.**

065/2000: De autoria do deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo Cinematográfico, com sede no município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.295. **Anote-se - Arquivo-se.**

204/2000: De autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instituir a cidade de Sarandi como "Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis", o qual convertido em Lei tomou o nº 13.296. **Anote-se - Arquivo-se.**

270/2001: De autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública, a Rede Feminina de Combate ao Câncer do município de Chopinzinho, com sede e foro no município de Chopinzinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.297. **Anote-se - Arquivo-se.**

281/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Alto do Tigre, com sede no município de Guamiranga e foro no município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.298. **Anote-se - Arquivo-se.**

284/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores do Tigre, com sede no município de Guamiranga e foro no município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.299. **Anote-se - Arquivo-se.**

286/2001: De autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social de Missal, com sede no município de Missal e foro

no município de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.300. **Anote-se - Arquivo-se.**

298/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, com sede no município de Ventania e foro no município de Tibagi, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.301. **Anote-se - Arquivo-se.**

302/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ângelo Falavinha Dalprá, com sede e foro no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.302. **Anote-se - Arquivo-se.**

311/2000: De autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Universidade da Água - Uniágua, com sede e foro no município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.303. **Anote-se - Arquivo-se.**

321/2000: De autoria do deputado Orlando Pessuti que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes de Sertanópolis, com sede e foro no município de Sertanópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.304. **Anote-se - Arquivo-se.**

340/2001: De autoria da deputada Serafina Carriho, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reabilitação Irmã Helena, com sede no município de Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.305. **Anote-se - Arquivo-se.**

222/2000: De autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã, com sede e foro no município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.306. **Anote-se - Arquivo-se.**

222/2001: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública o Provopar do município de Foz do Jordão - Ação Social, com sede no município de Foz do Jordão e foro no município de Gurapuava, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.307. **Anote-se - Arquivo-se.**

249/2001: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a União das Associações de Moradores do município de São José dos Pinhais - UNAM, S.J.P. com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.308. **Anote-se - Arquivo-se.**

257/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação e Apoio Shalon House, com sede e foro no município de Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.309. **Anote-se - Arquivo-se.**

263/2001: De autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Rocio Futebol Clube, com sede e foro no município de Palmeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.310. **Anote-se - Arquivo-se.**

264/2001: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Santa Terezinha do Menino Jesus de Primeiro de Maio, com sede e foro no município de Primeiro de Maio, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.311. **Anote-se - Arquivo-se.**

266/2001: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Guaíra - A.A.P.G., com sede e foro no município de Guaíra, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.312. **Anote-se - Arquivo-se.**

276/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamiranga, com sede no município de Guamiranga e foro no município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.313. **Anote-se - Arquivo-se.**

278/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamirim, com sede no município de Guamiranga e foro no município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.314. **Anote-se - Arquivo-se.**

279/2001: De autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Curitiba, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.315. **Anote-se - Arquivo-se.**

282/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Manduri, com sede no município de Guamiranga e foro no município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.316. **Anote-se - Arquivo-se.**

297/2001: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Artesãos de Primeiro de Maio, com sede e foro no município de Primeiro de Maio, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.317. **Anote-se - Arquivo-se.**

301/2001: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Científica Integrada de Londrina - ADECCIL, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.318. **Anote-se - Arquivo-se.**

308/2001: De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Kauande, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.319. **Anote-se - Arquivo-se.**

307/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Jardins Cezar Augusto e João Paulo II, com sede e foro no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.320. **Anote-se - Arquivo-se.**

316/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Nova Aurora I, II e III, com sede no município de Sertaneja e foro no município de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.321. **Anote-se - Arquivo-se.**

320/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação do Clube de Mães Santa Luzia do Bairro Castelo, com sede no município de União de Vitória, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.322. **Anote-se - Arquivo-se.**

322/2001: De autoria da deputada Serafina Carriho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos Peabiruenses - AIP, com sede e foro no município de Peabiru, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.323. **Anote-se - Arquivo-se.**

191/2000: De autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos e Aposentados de Ibaiti - AIAI, com sede e foro no município de Ibaiti, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.324. **Anote-se - Arquivo-se.**

218/2001: De autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vila Industrial do município de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.325. **Anote-se - Arquivo-se.**

277/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores da Água Branca, com sede no município de Guamiranga e foro no município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.326. **Anote-se - Arquivo-se.**

260/2001: De autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que cria 28 cargos de Procurador de Justiça e 12 de Promotor Substituto em Segundo Grau, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.327. **Anote-se - Arquivo-se.**

393/2000: De autoria do Tribunal de Justiça, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 e cria 8 cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça, 20 cargos de Juiz do Tribunal de Alçada e 12 cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.328. **Anote-se - Arquivo-se.**

438/2001: De autoria do deputado Orlando Pesutti, que dispõe sobre divisas e confrontações entre os municípios de Palmital e Laranjal, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.329. **Anote-se - Arquivo-se.**

318/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que dá nova redação ao parágrafo único, do artigo 1º, da lei nº 13.229/2001, que dispõe sobre a criação do Núcleo Regional de Educação de Ibaiti, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.330. **Anote-se - Arquivo-se.**

444/97: De autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações dos serviços de saúde no Estado do

Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.331. **Anote-se - Arquivo-se.**

737/1997: De autoria do Poder Executivo, que revoga a Lei Complementar nº 04, de 07 de janeiro de 1975, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 90. **Anote-se - Arquivo-se.**

431/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que dispõe sobre alterações na legislação do ICMS, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.332. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 2046/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa, Ordenador de Despesas da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento liberou os recursos do convênio como Sindicato Rural dos Campos Gerais, no valor de R\$50.000,00 - Ministério e R\$8.000,00 - Contrapartida, para apoiar a realização da 1ª Feira Campos Gerais e XXVI EFAPI Ponta Grossa-PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1363/2001, do senhor Rafael Iatauro, presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Paraná, relativo ao 3º trimestre de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº ATCC 946/2001, do senhor Alceni Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "Aplicação dos Recursos Sobre o Fundo de Assistência e Amparo ao Trabalhador - FAT". **Ao conhecimento do deputado interessado.**

## Indicações:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente indico o ilustre deputado Pastor Edson Praczyk como titular da CPI dos Alimentos e ficarei como suplente nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

Líder do PL

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente indico o deputado Custódio da Silva, como titular para compor a CPI do Leite e o deputado Hidekazu Takayama, como suplente.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) CARLOS SIMÕES

Líder do PTB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Pelo presente indico os deputados Ricardo Maia e Nelson Tureck, como titulares na CPI dos Alimentos e os deputados Sergio Spada e Luiz F. Litro, como suplentes.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder do PSDB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, vem indicar os membros do PMDB para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, conforme segue:

Titulares:

Deputado ORLANDO PESSUTI

Deputado ADEMIR BIER

Suplentes:

Deputado RICARDO CHAB

Deputado EDSON STRAPASSON

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) NEREU MOURA

Líder do PMDB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Pelo presente indico o deputado Cezar Silvestri, como titular para compor a CPI dos Alimentos e o ilustre deputado Antonio Carlos Belinati como suplente.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Líder do PSL

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ao presidente da Mesa Executiva, a indicação da deputada Luciana Rafagnin, para compor a CPI dos Alimentos pelo Partido dos Trabalhadores.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) HERMES FONSECA

Líder do PT

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Vimos através do presente, comunicar a V. Exa. a indicação do representante do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI dos Alimentos nesta Casa de Leis.

Deputado Plauto Miró Guimarães Filho

Suplente deputado Divanir Braz Palma

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 4135**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 636/2001 de minha autoria.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

**REQUERIMENTO Nº 4154**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja designada o dia 14 de março de 2002, para a realização de Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor Luc Alexandre Menard, aprovado nesta Casa, através do Projeto de Lei nº 553/2001.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 4141**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família do senhor Celso Luiz Nogueira falecido no dia 27 de novembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 4142**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família do senhor Zeferino Luiz Martins falecido no dia 28 de novembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 4148**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje. Requer votos de pesar pelo falecimento do senhor Darci Roque de Souza, no ultimo dia 28 de novembro.

Requer ainda que o presente se dê ciência aos familiares à viúva Clarice de Souza e as filhas Daiana de Souza e Paula de Souza, através de correspondência a ser

encaminhada à Avenida John Kennedy, 333 - CEP 85890-000, Missal - PR.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 4136

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao Lar Bom Sossego, tido como modelo para todo o País.

O Lar Bom Sossego abriga idoso, garantindo excelente qualidade de vida e atendimento aos usuários.

Todos recebem assistência médica, o local é inteiramente adaptado e a convivência familiar é considerada exemplar.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dado ciência a Rita de Cacia de Paula, Diretora do Lar Bom Sossego, na Rua Campo Mourão, 200 - Boqueirão - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 4149

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Prefeitura Municipal de Araucária, alusivos à realização de 20ª Festa do Pêssego e do Ovo e 16ª Feira Agroindustrial, que ocorrerá no próximo dia 07 de dezembro.

Requer ainda que o presente se dê ciência aos prefeito senhor Albanor José Ferreira Gomes e ao presidente da Câmara Municipal Wilson Roberto David Mota, através de correspondência a ser encaminhada Rua Pedro Druscz, 111 CEP 83.702-080 - Araucária - PR.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 4151

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Comercial Ivaiporã, pela passagem do seu 40º aniversário de fundação, a ser comemorado no dia 18 de janeiro de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos seus Proprietários através do senhor Ladislau Gil Fernandes, Avenida Paraná, 1380 - CEP 86870-000 - Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 4152

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao casal Adonis e Lourdes Bueno da Silva, pela comemoração de Bodas de Ouro, a ser comemorado no dia 22 de dezembro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao casal no Sítio Nossa Senhora de Lourdes, Caixa Postal, 224 - Nova Aliança - CEP 86880-000 - Ariranha do Ivaí.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 4160

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, votos de congratulações a Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, pelo lançamento do Livro "Com Maria, a Mãe de Jesus" realizado dia 14 de novembro de 2001, no Anfiteatro Marista.

Requer outrossim, comunicação do feito a Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Catarinense de Brusque, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, 53 anos, é o sexto dos nove filhos do casal Oscar e Olga Ramos Krieger. Três de oito irmãos, assim como seus pais, são falecidos.

Estudou em Corupá e Brusque (SC), Taubaté e São Paulo (SP), e em Roma, onde cursou Espiritualidade, em 1980. Padre desde 7 de dezembro de 1969, é membro da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus.

Depois de pároco, reitor de seminário (teologia), provincial da congregação, foi nomeado bispo auxiliar de Florianópolis (1985) e bispo diocesano de Ponta Grossa (1991). Desde 1995, é o presidente do regional Sul-2 da CNBB, que compreende todo o Paraná.

No dia 07 de maio de 1997, a Rádio Vaticana divulgou que o Papa João Paulo II nomeou Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger como o segundo Arcebispo Metropolitano de Maringá. O serviço pastoral de Dom Murilo iniciou-se no dia 11 de julho de 1997, às 19h30, na Catedral de Maringá, na presença de muitos presbíteros, religiosos e leigos fiéis.

#### REQUERIMENTO Nº 4137

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Saúde, solicitando o credenciamento do Serviço de Hemodinâmica e Cirurgia Cardíaca do

Hospital São Vicente de Paulo, em Guarapuava, junto ao SUS.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é o resultado de um expediente assinado por todas as entidades representativas de Guarapuava (Prefeitura e Câmara Municipal de Guarapuava, Associação Comercial e Industrial de Guarapuava, Universidade do Centro-Oeste, Sociedade Rural de Guarapuava, Câmara de Dirigentes Lojistas, Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda e seções regionais da Federação das Indústrias do Paraná, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Médica Brasileira, Associação Brasileira de Odontologia).

A Região de Guarapuava agrega cerca de 600.000 usuários deste sistema de saúde e mensalmente dezenas de casos são encaminhados a outras cidades para a realização de procedimentos como cateterismo e diagnósticos, além de cirurgias cardíacas das mais variadas modalidades, causando desta forma transtornos de deslocamentos nesta área em pacientes daquela região.

O Hospital São Vicente de Paulo conta com um moderno Centro de Diagnóstico e Terapia Cardiovascular, além de Centro Cirúrgico e UTI Cardiológica, qualificando-o como referência para realização de atendimento nesta área em pacientes da região Centro-Oeste do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 4139

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. secretário de Estado dos Transportes, doutor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, solicitando a inclusão do município de Abatiá, no Programa de Conservação de Estradas Rurais e Vicinais.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O município de Abatiá, destacado pólo agrícola e pecuária de nosso Estado, é cortado por extensa malha viária, e atualmente depende exclusivamente de seus poucos recursos, para conservação das estradas por onde escoam toda sua produção.

Com a proximidade da estação chuvosa, a deterioração das já maltratadas estradas rurais e vicinais tornam-se ainda mais evidentes e sentidas, inclusive em dias de chuva, o transporte escolar no bairros da zona rural não ocorre, face à impraticabilidade das estradas e o elevado grau de risco imposto aos alunos.

Como visto, a recuperação de referidas estradas é medida imperiosa e inadiável, sob pena de comprometer, além da produção da região, o aproveitamento escolar das crianças e jovens. O patrolamento, ensaibramento e o “corte das águas” em referidas estradas, são providências

imediatas a serem tomadas, e justificam o pleito ora apresentado.

#### REQUERIMENTO Nº 4140

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exma. Sra. secretária de Estado da Educação, doutora Alcyone Vasconcelos Rebouças Saliba, solicitando a implantação de curso regular de 2º grau, em estabelecimento público de ensino no município de Abatiá em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O município de Abatiá não dispõe até a presente data, de curso de 2º grau, em estabelecimento público, medida que se apresenta como de fundamental importância para a formação e qualificação de seus jovens e adolescentes, pois hoje são compelidos, se desejarem obter o nível de segundo grau em seu currículo escolar, ao deslocamento diário a outras localidades.

Em dez de agosto último, o Exmo. Sr. governador do Estado, engenheiro Jaime Lerner, ao recepcionar projeto de autoria de diversos municípios daquele importante município paranaense, para implantação de curso de segundo grau em estabelecimento público na localidade, ficou extremamente sensibilizado com o pleito, pois elaborado face à necessidade de tão importante benefício, e que trará imensurável avanço na formação escolar dos estudantes da cidade e de toda a região. O atendimento ao presente pedido é medida imperiosa e de elevado alcance social.

#### REQUERIMENTO Nº 4158

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, manifestando-se contra o fechamento do Colégio Estadual Artur Ribeiro de Macedo, localizada na Avenida Nossa Senhora Aparecida, bairro Barigui do Seminário, em Curitiba/PR. Trata-se de escola tradicional da rede pública, que vem atendendo à população, pois são mais de trezentos alunos matriculados, cujo fechamento trará grande transtorno às famílias que estarão obrigadas a levar seus filhos para outras localidades.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 4162

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma passarela,

bem como instalação de placas de sinalização e redutores, atendendo a reivindicação de moradores da localidade.

Justifica-se tal solicitação, pois o trânsito na Rodovia da Uva vem sendo cada vez mais intenso, e nas proximidades do Jardim das Flores inúmeros acidentes acontecem, vitimando muitos pedestres, que necessitam da construção de uma passarela para passagem, bem como sinalização e redutores de velocidade na localidade.

Portanto, com a construção da referida passarela, os moradores da região pretendem ver solucionados os constantes problemas de acidentes na localidade.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 4153

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações, ao secretário de Estado da Segurança Pública, senhor José Tavares solicitando o que segue:

01 - qual o contrato ou o convênio existente entre o Departamento de Trânsito do Paraná (Detran/PR) e a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE)?

Nestes termos pede deferimento em conformidade com o Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 4161

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações, ao secretário de Estado da Segurança Pública, senhor José Tavares solicitando o que segue:

01 - Através da Lei nº 13.275 foi aberto crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública no valor de R\$11.932.000,00 (onze milhões novecentos e trinta e dois mil reais) para a construção dos estabelecimentos penais dos municípios de Foz do Iguaçu e Curitiba.

02 - Do montante dos recursos repassados para obras de construção de estabelecimentos penais no Estado, quais as importâncias destinadas às unidades de Foz do Iguaçu e Curitiba?

03 - Em 05 de novembro do corrente foram repassados as importâncias de R\$1.902.563,00 (um milhão novecentos e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais) para Foz do Iguaçu e R\$1.477.874,00 (um milhão quatrocentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais) para Curitiba.

04 - Os valores de que trata o item 03 correspondem ao preço total das obras, ou são apenas parte deles?

Caso se refira ao total das obras, onde foi aplicado o restante dos recursos estabelecidos pelas Leis nº 13.275 de 10 de outubro de 2001 e da Lei nº 13.289 de 08 de novembro de 2001, além da complementação Federal no valor de R\$2.929.800,00.

Nestes termos pede deferimento em conformidade com o Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 670/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Habitação Social, destinado a famílias de baixa renda no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, considera-se família de baixa renda a que aufera renda mensal igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos vigentes no País.

Art. 2º - Para participarem dos financiamentos para execução dos programas habitacionais de interesse social, os municípios deverão ter política habitacional própria, com projetos aprovados pelo órgão competente, mediante convênio firmado entre as partes.

Art. 3º - Os programas habitacionais deverão ser desenvolvidos por associações comunitárias ou cooperativas habitacionais, sobre área de propriedade do Estado, do município ou própria.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional em nosso Estado é alarmante, em virtude de os Governos anteriores não terem priorizado a construção de moradias populares, para atender à imensa população de baixa renda existente. Este projeto visa permitir que os menos favorecidos tenham condições de adquirir sua moradia própria, a preços acessíveis, por meio das políticas habitacionais adotadas pelos municípios, bem como a fixação do homem no campo por meio de medidas simples que lhe permitam ter acesso a construções comunitárias e de interesse social nos pequenos vilarejos, como armazéns comunitários, farmácias e outros bens que atendam à comunidade rural. A viabilização de um programa habitacional que envolva toda a sociedade, através das associações comunitárias e



cooperativas de habitação, permitirá o exercício pleno da democracia, por meio do controle social das políticas públicas.

Esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Assembléia, para a aprovação desta iniciativa, que, com certeza, terá grande alcance em nosso Estado.

#### PROJETO DE LEI Nº 671/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa Família Solidária para abrigo de crianças e adolescentes em situação de dificuldade.

Parágrafo Único - Entende-se por crianças e adolescentes em situação de dificuldade, para o cumprimento desta lei, aqueles com até 14 (quatorze) anos de idade e que estejam sem condições mínimas de bem-estar e dignidade (alimentação, moradia, saúde e educação).

Art. 2º - A família solidária receberá em casa a criança ou o adolescente e lhe fornecerá abrigo, alimentação, cuidados com a saúde e a educação, direcionando-o para um convívio saudável com a sociedade e o respeito à vida humana.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família cadastrará as famílias interessadas em participar do Programa.

Parágrafo Único - Para o cumprimento deste artigo, a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família realizará triagem com as famílias interessadas, a fim de selecionar as mais identificadas com os objetivos do Programa.

Art. 4º - A família solidária poderá receber em sua casa de uma a 5 (cinco) crianças ou adolescentes.

Art. 5º - A Secretaria de Estado da Educação garantirá vagas em suas escolas, tanto de ensino fundamental, como de ensino médio, para todas as crianças e adolescentes cadastrados no Programa Família Solidária.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Saúde garantirá atendimento médico (consultas, internações, exames), atendimento odontológico e recebimento gratuito de remédios para todas as crianças e adolescentes cadastradas no Programa Família Solidária.

Parágrafo Único - Para o cumprimento deste artigo, a Secretaria de Estado da Saúde emitirá, por meio de órgão próprio, um documento que identifique a criança ou o adolescente participante do Programa, habilitando-o ao atendimento gratuito.

Art. 7º - O Estado concederá à família solidária o valor equivalente a um salário mínimo mensal para cada criança ou adolescente a ser amparado.

Art. 8º - O Estado, através da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, fará o acompanhamento, realizando visitas e entrevistas com as famílias solidárias e com as crianças ou adolescentes, a fim de comprovar o bom e fiel andamento do Programa.

§ 1º - Nas visitas e entrevistas referidas neste artigo, deverá ser comprovado o bom tratamento dado pelas famílias às crianças ou adolescentes, verificando-se a alimentação o vestuário, a higiene e a educação.

§ 2º - Deverá, também, ser comprovada durante as visitas e entrevistas a matrícula da criança ou do adolescente na escola e a realização pela família do devido acompanhamento escolar, verificando-se, para isso, a frequência e o rendimento escolar.

Art. 9º - Serão imediatamente cancelados os benefícios concedidos à família solidária e à criança ou ao adolescente se forem apurados pela Secretaria de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social quaisquer desvios no cumprimento dos objetivos do Programa.

Art. 10 - Os benefícios concedidos à família solidária e à criança ou ao adolescente serão suspensos quando a criança ou o adolescente concluir o ensino médio, ou quando atingir 18 (dezoito) anos de idade, valendo o que primeiro acontecer.

Art. 11 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, devendo os orçamentos futuros destinar recursos específicos ao seu fiel cumprimento.

Art. 12 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

Diz o Estatuto da Criança e do Adolescente que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder públicos assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Por outro lado, crianças e adolescentes abandonados pela família vivem ou vegetam nas ruas das cidades, aliando seu sofrimento ao

pânico que provocam nas pessoas, ao se envolverem com drogas, brigas, assaltos e arrastões.

A proposta em questão almeja ser uma alternativa para a criança ou o adolescente, ao se separar da família, possa encontrar outro lar, onde encontre meios de continuar sua criação e formação. Ao apresentar tal projeto, gostaríamos de lembrar aos nobres pares que a iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de uma sociedade começa na família, e essa também é a principal responsável pela saúde, alimentação, educação e proteção da criança. Pensamos que, se a família é o lugar inicial para o exercício da cidadania, nada mais justo e ideal que criar para a criança ou o adolescente desamparado esse espaço.

Ao estipular o valor correspondente a um salário mínimo mensal a ser pago à família solidária para cada criança amparada, queremos dar a ela condições de cuidar dignamente dessa criança, zelando por sua proteção, alimentação, vestuário, higiene e lazer, bem como provê-la de recursos para quaisquer outras despesas que venham a ser indispensáveis ao fiel e bom cumprimento do Programa. Ao nosso ver, o ônus financeiro imposto ao Estado com a implementação e manutenção do Programa, considerando a despesa com cada criança amparada, será substancialmente menor que o gasto com regime de internação institucional. Lembramos, também, que uma criança desamparada e abandonada é candidata a fazer parte da população carcerária mantida pelo Estado, e que geraria custos ainda muito maiores.

À vista do exposto e pelo caráter humanitário e oportuno da proposição, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares à sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 672/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao engenheiro Cássio Taniguchi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo homenagear o engenheiro Cássio Taniguchi, paulista de nascimento e paranaense de coração, consagrado prefeito municipal de Curitiba e reconhecido mundialmente pela sua competência na administração municipal, como também pelos trabalhos que continua desenvolvendo em favor tanto da cidade, quanto na melhoria das condições de vida, não só de seus municípios, como também de toda a região metropolitana.

O ilustre homenageado, nascido em 30 de outubro de 1941 em Paraguaçu Paulista - SP, é filho de Masaji Taniguchi e Masako Taniguchi, casado com a senhora Marina Klamas Taniguchi, e possui dois filhos, Kerstin e Gustavo.

Engenheiro eletrônico graduado em 1964 pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Cássio Taniguchi é prefeito municipal de Curitiba, eleito, assumiu a Prefeitura em 01 de janeiro de 1997 e reeleito para a gestão 2001/2004.

O prefeito Taniguchi tem participação ativa no processo de planejamento urbano de Curitiba desde a década de 1970, tendo presidido, com reconhecida capacidade, a Companhia de Urbanização de Curitiba - URBS, no período de 1972 a 1975, e foi responsável pela implantação da CIC 0 Cidade Industrial de Curitiba.

Na época de implantação da CIC, desempenhou preponderante papel na atração de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, para aquela área industrial, que hoje gera em torno de duzentos mil empregos diretos e indiretos.

O engenheiro Cássio Taniguchi, presidiu por duas vezes o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, e foi Secretário de Estado da Indústria e Comércio no período de 1995/1996, gestão do governador Jaime Lerner, tendo trabalhado ativamente na mudança do perfil econômico do Paraná, hoje o segundo pólo automobilístico do Brasil.

Também reeleito, preside a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba - ASSOMEQ, organismo que congrega as vinte e cinco cidades que compõem a grande Curitiba.

#### PROJETO DE LEI Nº 673/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção e operação da Central Térmica de Pitanga, usina elétrica a gás natural, a ser implantada no município de Pitanga.

Art. 2º - A construção da central, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada à concessão de licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com emissão da respectiva licença prévia (LP), na forma da legislação aplicável.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, atendendo solicitação da Central Térmica de Pitanga Ltda., estabelecida como Empresa de Propósito Específico para

construir e operar a central a ser construída no município de Pitanga.

A proposição está amparada pela comunidade do município de Pitanga que hipotecou apoio para a construção da usina, em diversas reuniões realizadas na Escola Pública do Distrito de Barra Bonita, Rotary Clube, Câmara de Vereadores de Pitanga e na Prefeitura Municipal.

A implantação do projeto trará enormes benefícios à economia da região. Haverá, também, o pagamento por parte da Petrobrás de royalties relativos à prospecção de gás e petróleo. Os benefícios de tais pagamento serão: o proprietário das terras onde serão situados os poços produtores de gás, a Prefeitura Municipal de Pitanga e o Governo do Estado do Paraná.

Após a construção da termelétrica, o sistema elétrico da região terá uma confiabilidade igual ou superior à maioria dos municípios do Estado do Paraná, melhorando, também, a qualidade da energia. Isso permitirá a entrada de indústrias na região que tenham na energia elétrica um componente principal e cuja qualidade seja fundamental para o processo industrial.

Enfatiza-se, por fim, o caráter de urgência do presente projeto. O cronograma de implementação da usina prevê o início de sua operação comercial para o final de 2.002. o atendimento deste cronograma é necessário para que a central possa se beneficiar das prerrogativas do Projeto Prioritário de Termelétricidade - PTT, nos termos da Resolução nº 23, de 5 de junho de 2001, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, as quais são de fundamental importância para a viabilização do empreendimento.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei, levando em conta, também, a grande crise energética que assola a nação brasileira.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Castrolândia comemorou 50 anos de existência. Foi uma programação, onde esteve presente S. Exa., o governador. Ali, de viva voz, declarou que o Estado do Paraná e suas finanças estariam redondos. Não teria seqüela financeira alguma o governo do Estado do Paraná e que teria e tem condições, na palavra do senhor governador, de honrar todos os compromissos. Acima de tudo, deu uma amostra de que a venda da Copel não seria mais necessária ao Estado e, principalmente, não teria, da sua parte, pela palavra ali dita, qualquer posição a ser tomada.

Acredito, senhor presidente, senhores deputados, que nesse recesso parlamentar perderia a Mesa Executiva, na pessoa do deputado Hermas Brandão, para que

não ficassemos alheios àquilo que poderá ocorrer, quando conhecedores que somos, de que o governador quando fala uma coisa, faz outra, que nesse recesso ele terá a condição de, sem a funcionalidade desta Casa, procurar vender a Copel.

Eu pediria ao senhor presidente e à Mesa Executiva, que deixassem a condição pela qual pudéssemos estender este período legislativo, até que o governador desse, realmente, uma posição definitiva, se deseja ou não vender a Copel.

Parece-me tapear a torcida, igual a time de futebol - ele faz com que o Ingo, que é seu secretário de Finanças do Estado e presidente da Copel, vá à televisão, ao rádio e ao jornal, dizer que é contra a venda da Copel. Ele, por outro lado, diz que há a possibilidade da venda da Copel.

Nesse meio termo, não entendendo a posição definitiva do governo do Estado, procuraremos, nesta Casa, sempre estar atentos a essa dilapidação do patrimônio público do Estado do Paraná.

O que me traz, senhor presidente, senhores deputados, a usar da palavra, é com referência ao secretário da Casa Civil, Alcení Guerra. Reunindo os prefeitos da região das Campos Gerais, o secretário, de viva voz, na presença da imprensa falada, escrita e televisionada afirmou, categoricamente, que o governo do Estado do Paraná teria e tem 200 milhões de reais, para serem distribuídos, entre os pequenos e médios municípios do Estado do Paraná. E que o governo do Estado não estaria fazendo com que repasses fossem feitos, aos cinco grandes municípios. O meu município, de Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Coincidentemente, senhores deputados, os cinco municípios aonde o governo do Estado não tem presença nenhuma. Os cinco municípios que estão entregues àqueles que o povo referendou numa escolha democrática, que não é, não são e não serão do lado do Governo do Estado do Paraná, nem essa eleição que se aproxima e nem em outras eleições que virão.

Os outros municípios, pequenos e médios, aonde a ressonância da não presença do Estado, se fará presente tentando tapar o sol com a peneira.

Se nos cinco municípios, deputado José Maria Ferreira, o secretário Alcení Guerra testemunha em nome do governo na sua palavra, que não terão atenção do Governo do Estado, nós não podemos aceitar nesta Casa que o secretário vá numa reunião e fale que os cinco maiores municípios do Paraná não terão as parcerias do Governo do Estado, principalmente por serem de partido de Oposição.

Esse retaliação, senhor presidente, nós não admitimos, nem à minha Ponta Grossa, nem a Maringá, nem a Londrina, nem a Cascavel e nem a Foz do Iguaçu. O que o secretário Alcení Guerra está demonstrando é realmente um retrocesso para a época da ditadura, aonde os apaniguados tinham tudo e aqueles que estavam ao lado do povo realmente eram penalizados em nada conseguirem aos seus domicílios.

Lembro-me perfeitamente bem porque fui prefeito nesta oportunidade do regime militar.

A discriminação era total, e agora quando tentam neste estado democrático que nós vivemos, discriminar os cinco maiores municípios do Paraná, é realmente uma vergonha, senhor presidente deste governador, do seu chefe da Casa Civil e toda a equipe do Governo do Estado do Paraná.

Quero crer, senhor presidente, que através de uma resposta oficial a esta Casa, aonde o PT aqui tem assento e possui as maiores prefeituras deste Estado, que são Londrina, Maringá e Ponta Grossa, na coligação que fizemos, temos na pessoa de Edgar Bueno, o nosso companheiro do PDT, e ainda mais os deputados do PMDB, que têm na pessoa da Sâmis Silva, a presença dele em Foz do Iguaçu.

Não é admissível, deputado Colombo, que o chefe da Casa Civil, em uma reunião da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, declare publicamente que os cinco municípios do Paraná não terão a presença daquilo que é fundamental, que são as parcerias os convênios.

O que tem em Ponta Grossa, e nós temos verificado, como também os outros grandes municípios, são picuinhas do Governo, são coisas realmente muito pequenas por aquilo que esses grandes municípios contribuem.

Nós estaremos, senhor presidente, senhores deputados, fazendo um requerimento para solicitar ao governo a resposta oficial nesta afirmação infeliz do chefe da Casa Civil do Paraná.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes do deputado José Maria Ferreira usar da palavra, nós queremos saudar os 29 vereadores mirins da Câmara de Vereadores do município de Ibiporã. Estão acompanhados pela vereadora Lourdes Narciso, Vereador João Coliesi e o senhor Luiz Carimata, assessor do prefeito municipal de Ibiporã.

A eles, as boas-vindas e a satisfação de recebê-los na nossa Casa de Leis.

Posteriormente à fala do deputado José Maria Ferreira vamos conceder à vereadora Mirim de Ibiporã, Dulce Aline Beraldo Modesto, cinco minutos da nossa tribuna.

Com a palavra, o deputado José Maria Ferreira.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

Hoje a Assembléia Legislativa tem o prazer e a honra de poder contar com 32 vereadores mirins, da Câmara Municipal de Ibiporã.

Estão acompanhados dos vereadores João e a vereadora Lourdes, o assessor do prefeito municipal, doutor Luiz, e que à época, quando da instituição do programa, em 1997, os três que estão aqui eram vereadores.

A Câmara de Vereadores Mirins de Ivaiporã tem uma peculiaridade que distingue das demais que nós temos visto. Lá o aluno que faz parte da 5ª e 6ª séries, compreendendo 11 das escolas, a Unidade Pólo com dois representantes, a Olavo Bilac, a Antonio Iglesias, Jardim San Raphael, Teotônio Brandão Vilela, Santa Marta, Educativa Curso e Colégio, Escola Integrada, Colégio Estadual Basílio de Lucas e a Escola Ulysses Guimarães, compondo 11 vereadores mirins que têm dado exemplo, sobretudo de cidadania e têm procurado discutir assuntos realmente de interesse da comunidade.

No último período legislativo dessa Câmara Mirim, foram apresentadas 42 moções, discutindo as necessidades do bairro, da sociedade, na questão da educação, na questão da segurança, nas mais diversas iniciativas da comunidade ibiporãense.

Hoje, estão aqui também para conhecer o Poder Legislativo e o Poder Executivo do Estado. Lá, quando assumem o seu mandato de um ano, eles conhecem toda a legislação e para que serve a legislação, desde a Lei Orgânica do Município, a Lei de Obras e Posturas, o Regimento Interno da Câmara Municipal, as Comissões e as suas funções. O vereador mirim, da cidade de Ibiporã participa do processo como se tivesse sido eleito e investido do cargo.

Daí essa experiência que hoje nos traz orgulho e satisfação, porque já é a quarta legislatura, é o quarto grupo.

Aqui nós estamos tendo o prazer de recepcionar os alunos da terceira e quarta legislatura, e são alunos da 7ª e 8ª séries.

Gostaria de convidar a vereadora Mirim Dulce Aline Beraldo Modesto, que usará da palavra, é uma das nossas ex-vereadoras mirins, porque nós estamos já na quinta legislatura na Câmara Municipal de Ivaiporã.

Aline usará a tribuna, e que ela possa expressar no Parlamento paranaense um pouco do sentimento desta Câmara Mirim que já está instalada com sucesso em Ibiporã.

Muito obrigado.

#### A SRA DULCE ALINE (**Vereadora Mirim da Cidade de Ibiporã**)

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, senhores vereadores e demais presentes.

Meu nome é Dulce Aline Beraldo Modesto, sou representante da Câmara Mirim de Vereadores da cidade de Ibiporã aqui presente. A Câmara Mirim possui 11 vereadores e 11 suplentes, representantes escolhidos pelas escolas do município para legislatura de 1 anos.

Nos reunimos uma vez por mês para apresentação dos projetos, discussão dos assuntos em pauta e votações.

O projeto da Câmara Mirim de Vereadores de Ibiporã, idealizado pela vereadora Lourdes Narciso e vereador João Toledo Coloniesi, aqui presentes, tem por objetivo maior educar e não somente politizar.

Participando dele, temos a chance de acompanhar, de forma prática, a relação dos poderes legislativo, executivo e judiciário.

A função de um vereador mirim é de trabalhar em parceria com a comunidade e a Câmara de Vereadores, apresentando idéias de projetos que visam atender às necessidades do povo ibiporãense, cobrando melhorias em nossa cidade e eficácia nas políticas públicas.

Nossa legislatura está acabando e o que podemos afirmar aos senhores é que convivemos com um processo democrático de aprendizado, onde a cidadania, o civismo e a ética são partes essenciais.

Não criticaremos mais excessivamente os políticos, pois sabemos agora que é longo e difícil o caminho entre a teoria e a prática. Sabemos também que atos públicos dependem de muita conversa, discussão e trabalho para sair do papel.

No entanto, apesar de sermos conscientes de todas as dificuldades, não deixaremos de cobrar, afinal, não é impossível colocar em prática os projetos que realmente atendem às necessidades da comunidade.

Agradeço a honra, em nome de todos os vereadores mirins, de poder usar a tribuna da Assembléia do Paraná, para expor um pouco de nosso trabalho.

Posso afirmar, com certeza, que esta visita foi mais uma lição entre tantas outras que aprendemos durante este ano e que, diante deste aprendizado todo, procuraremos dar continuidade ao nosso trabalho. Afinal, acima de tudo somos cidadãos.

Muito obrigado, senhor presidente. E gostaria de agradecer ao deputado José Maria Ferreira por esta oportunidade e todos os demais presentes.

Muito obrigada!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos cumprimentar a jovem Dulce Aline Beraldo Modesto e falar que esta Casa de Leis está a disposição, não só dos jovens de Ibiporã, mas dos jovens de todo o Paraná. É uma satisfação recebê-los.

Queremos registrar a presença do vereador de Medianeira, Anísio Glassi, a pedido do deputado Ademar Bier.

Bem vindo à nossa Casa de Leis.

#### O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (**Pela Ordem**)

Gostaria, na pessoa do meu amigo Carimata, saudar toda a Câmara Mirim do Município de Ibiporã, e dizer que é uma satisfação recebê-los aqui, e esperamos que essa escola possa trazer bons parlamentares para o futuro da Assembléia Legislativa.

E faço diferente a palavra de alguns, que dizem que o jovem é a esperança do futuro. Eu acredito muito que o jovem é o momento do nosso País. Acredito muito nessa garotada que aqui está. E quero dizer que vocês são sempre bem-vindos a esta Casa de Leis. E que V. Exa., como democrata por natureza, senhor presidente, tem

feito desta Casa a extensão da casa do povo do Estado do Paraná.

Portanto sejam todos bem-vindos e que nós possamos, no futuro, meu amigo Carimata, saudando a você eu saúdo os demais vereadores aqui presentes e dizer que, em nome do PSL, nós congratulamos a todos os presentes e a garantia de, quem sabe, deputado Geraldo Cartário, nós possamos ter filiados ao nosso partido esses jovens do futuro que poderão ocupar, sem dúvida alguma, com muita certeza, um lugar nessa Casa de Leis.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu também desejo registrar. Chegou há pouco o prefeito de Ibiporã, Reinaldo Gomes Ribeirete, que se faz presente junto com caravana de vereadores mirins.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

As boas-vindas da Casa ao prefeito de Ibiporã.

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

#### O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, eu gostaria, em nome do meu partido e a amizade que me une ao jovem prefeito Ribeirete, já que nós temos um relacionamento mais na área da cidadania e da justiça social, que V. Exa. pedisse ao prefeito de Ibiporã que convocasse para que os estudantes daquela cidade participassem também do projeto que o deputado Nelson Justus lançou, nesta Casa, que está tendo continuidade, deputado José Maria Ferreira, V. Exa. que tem acompanhado, são os parlamentares do futuro. Nada melhor que convidar os estudantes de Ibiporã, os estudantes de Jataizinho, de Cambé, de Rolândia, de Sertãoópolis, de Bela Vista, de Arapongas, terra do meu querido deputado Waldyr Pugliesi.

Ribeirete, nós temos um projeto nesta Casa, V. Sa. sabe que eu não gosto de contos de fadas, enganações, sou um deputado que tem esta conduta, mas tenho certeza que o presidente Hermas Brandão vai convidar, todos os meses, alguma escola para vir conhecer o Parlamento. Parlamento é falar, é conversar, é debater, é discutir, não é digladiar, não é ofender, é criar projetos que venham de encontro à área da cidadania, à área da justiça social, como hoje eu tenho um projeto, aqui nesta Casa, que incorpora ao currículo da rede estadual de ensino de 1º grau a área de conhecimento cidade-cidadania. Porque muitos jovens moram numa cidade mas não conhecem o que é a sua cidade, não conhecem quem é, na realidade o seu prefeito, não conhecem o que é uma Câmara de Vereadores. Não sabem que o vereador também chora nas horas tristes e sorri nas horas alegres. Não sabem o drama que passa o prefeito, como V. Exa. passa, para buscar recursos da capital para levar para a área da cidadania, para área da educação, da justiça social, da saúde e da segurança pública. E o que é que é cidadania?

Muitos jovens não sabem nenhum dos artigos da Constituição do Estado do Paraná, que eu fiz neste Parlamento. Eu fiz a Constituição do meu Estado a Constituição-mãe está em Brasília, a Constituição-filha eu fiz aqui na Assembléia Legislativa, ao lado da esposa do deputado Waldyr Pugliesi, da deputada Erondi, e ao lado de tantos outros parlamentares que deixaram saudades nesta Casa.

Então, seja bem-vindo, gostaria que o deputado Hermas Brandão convidasse, senhor presidente, meu caro engenheiro agrônomo, meu caro ilustre tribuno, deputado Augustinho Zucchi, gostaria que fosse convidada toda a nossa região metropolitana, viessem ao parlamento, conhecessem quem é o deputado Augustinho Zucchi, Antonio Carlos Belinati, Fernando Ribas Carli, Alborghetti. Às vezes esses jovens que estão aqui não sabem que este deputado já foi prefeito. Deputado José Maria já foi prefeito de Ibiporã, mas muitos estão nascendo agora e não sabem que ele também sofreu para ser prefeito.

O deputado Waldyr Pugliesi, que vocês estão vendo aqui, já foi três vezes prefeito de Arapongas e hoje é deputado estadual.

O deputado Edno Guimarães foi prefeito de Cianorte, transformou Cianorte em cidade-vestuário do Brasil; hoje Cianorte tem as maiores cidades de roupas e é o orgulho do Estado do Paraná. O deputado Waldyr transformou Arapongas na capital moveleira do sul do País.

O Alborghetti - o Alborghetti é o deputado que trabalha na área da cidadania, da justiça social.

Enfim, senhor presidente, estou aqui por uma simples passagem, já estou indo para o meu 5º mandato, depois volto para as minhas atividades comerciais, sou um homem de televisão, mas muitos desses jovens poderão estar aqui num futuro bem próximo, não digladiando, mas defendendo seus ideais, fazendo com que eles saiam desse concreto, atravessem as ruas e cheguem ao palácio do rico à cabana do pobre, cheguem às favelas, aos bairros e que eles entendam que quando um bairro vai bem, a cidade vai bem. Quando uma cidade vai bem, o Estado vai bem, se o Estado vai bem, o País também vai bem, mas se o bairro vai mal a cidade vai mal, e se o Estado vai mal, o País também vai mal.

Então, é importante que esses jovens estudantes sejam convidados para participar desse Projeto Parlamentar do Futuro, para entenderem que a nossa bandeira é verde, azul, amarela e branca, o que representa as estrelas da bandeira do meu Estado, que eles conheçam o hino do meu Estado, o Hino Nacional, a constituição, que eles saibam que este Parlamento é formado por 54 deputados sérios que têm quesitos básicos: honra, lealdade e acima de tudo, dignidade em servir à família e aos filhos do Paraná.

Sejam bem-vindos, Ibiporã, sejam bem-vindos todos os convidados, este é o melhor Parlamento do meu País!

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu queria aproveitar a oportunidade e cumprimentar o prefeito de Ibiporã e o vereador Carimata e os vereadores mirins de Ibiporã e faço isso até em consonância com o deputado José Maria, que é de Ibiporã, cidade vizinha de Londrina, onde tenho lá muitos amigos, o deputado Antonio Carlos e o deputado Alborghetti.

Quero cumprimentar vocês, vereadores mirins e dizer que eu iniciei a minha vida pública como vereador. Fui vereador em Londrina por três vezes, três legislaturas, e como vereador aprendi que as Câmaras de Vereadores do Brasil inteiro deveriam ser, senhor presidente, as verdadeiras universidades que formariam os políticos para os seus cargos seguintes, porque o vereador é aquele que fica mais perto do eleitor, é aquele que sente a dor e a necessidade da sua cidade.

Então, quero cumprimentá-los, cumprimentando mais uma vez o Carimata e o prefeito e dizer que eu, em especial, tenho um carinho muito grande por Ibiporã e fico muito feliz que a Câmara de Vereadores de Ibiporã esteja preocupada com a formação de uma Câmara Mirim porque é aí que você prepara realmente um cidadão para os cargos futuros. Que lá de Ibiporã saiam os vereadores realmente de forma legal para a cidade, que saiam de lá prefeitos, deputadas, deputados, enfim, que a formação da cidade de Ibiporã seja aproveitada no Estado e no Brasil.

Parabéns a vocês. Muito obrigado.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, em nome do PMDB, eu quero fazer uma saudação aos de Ibiporã que aqui se encontram e quero dizer uma palavra de satisfação, por exemplo, em ver aqui o velho batalhador, Luiz Carimata. Aprendi a admirar Carimata, vereador por cinco vezes, se não me engano, e que deixa para esta meninada de Ibiporã um exemplo de trabalho e de seriedade. Quero aqui fazer uma saudação à vereadora Lourdes Narciso e ao João Colonezi que estão acompanhando os meninos de Ibiporã e dizer a vocês, jovens de Ibiporã, que precisam não só conhecer a sua cidade em profundidade, mas saber aquilo que está acontecendo no nosso Estado e nosso País. Nós precisamos fazer uma grande batalha pela transformação e sem a presença do jovem creio que ela é impossível.

Portanto, sejam bem-vindos!

E quero dar um testemunho aqui a todos de Ibiporã, dizendo do trabalho muito sério, responsável que o deputado José Maria Ferreira desempenha aqui no Parlamento Estadual. Vocês devem se orgulhar do deputado que mandaram para cá, para a Assembléia Legislativa.

Portanto, o abraço do PMDB a todos vocês. Sejam bem-vindos. Aos jovens, que estudem para saber aquilo que está acontecendo, para não se tornarem nunca massa de manobra de ninguém. E aos que estão no desempenho

do seu mandato que o façam da melhor maneira possível, como já falei, se espelhando no exemplo do Carimata.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Esta Presidência, mais uma vez sente-se honrada com a presença da Câmara Mirim do município de Ibiaporã, com seu prefeito, vereadores aqui presentes e também se soma aos deputados que ocuparam a tribuna em questão de ordem, saudando aqui os visitantes, especialmente o deputado José Maria Ferreira, responsável por esta visita de vocês nesta tarde.

Sintam-se em casa; é uma alegria muito grande em tê-los aqui no Parlamento, que é a Casa do Povo.

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti, no Pequeno Expediente.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor Presidente, senhores deputados. Três assuntos, rapidamente, no Pequeno Expediente de hoje.

Primeiramente cumprimentar a Lourdes, o Colonezi e o meu colega, médico veterinário, Luiz Carimata, por esta iniciativa que sei também é do deputado José Maria Ferreira, de instituir, na cidade de Ibiaporã, a Câmara Mirim.

Fiz questão de fazer uso da tribuna para cumprimentá-los e dizer que na quinta-feira, dia 06, a minha cidade, Ivaiporã, estará empossando também os vereadores mirins daquela cidade. Eles foram eleitos no último final de semana e serão empossados na próxima quinta-feira, lá na cidade de Ivaiporã.

Estive conversando, ainda há pouco, com o Colonesi, para com ele estabelecer, e agora com a Lourdes, com o Carimata e com vocês da Câmara Mirim de Ibiaporã, uma parceria. Vamos sugerir aos nossos vereadores mirins daquela cidade, ao nosso vereador Celestino Alves de Souza Júnior, para que mantenha contato com Ibiaporã e possa colher subsídios desses mais de cinco anos que esta Câmara Mirim está funcionando. Parabéns a vocês!

Sem sombra de dúvidas, é um trabalho que com ele nos somamos, porque não tive oportunidade de ser um vereador mirim ao meu tempo, mas tenho certeza que aquilo que fazia ao lado do meu pai, que era vereador quando eu era um mirim, poderia hoje ser caracterizado como uma atuação numa Câmara Mirim da minha pequena cidade de Jardim Alegre.

O segundo assunto que quero conversar com os senhores parlamentares, já tivemos oportunidade de conversar isso hoje na Comissão de Constituição e Justiça, diz respeito ao artigo louco, ao artigo perdido, ao artigo que não sabem ou até sabemos, por que razão foi incluído pelo Governador do Estado num anteprojeto de lei, que vem para a Assembléia discutir o IPVA.

Quer dizer, no projeto do IPVA, lá no artigo 3º, desse projeto que está tramitando aí na Assembléia, está lá um artigo 3º que modifica um outro artigo, de uma

outra lei que não é o IPVA, mas que deixa bem claro o seguinte:

Na Lei nº 11.692, lá de dezembro de 97, quando foi autorizado fazer o “raspa tacho” dos fundos e das autarquias, dos órgãos da administração direta e indireta do Estado, com exceção das universidades, naquela ocasião, essa Lei nº 11.692 permitiu que 90% daquilo que sobrasse, fosse para o tesouro. E lá no artigo 2º, no parágrafo único, dizia que os fundos de que trata o *caput* deste artigo, deverão aplicar em despesas correntes até 50% dos recursos arrecadados.

E o que pretende o Governo do Estado agora na Lei do IPVA? É ampliar de até 50% para até 70%, o que significa que os nossos fundos, todos criados, ao invés de gastar nas finalidades para as quais foram instituídos, por exemplo o Fundo Araucária, o Fundo Paraná, que têm como prioridade arrecadar e repassar para Ciência e Tecnologia os recursos da Receita Tributária. Ao invés de gastar 50% apenas, no máximo, eu diria, em despesas correntes, poderá ter essa possibilidade ampliada para 70%. É um jogo esquisito e muito mais esquisito é você colocar uma questão dessa, que trata de fundos, dentro da lei do IPVA, por certo imaginando que ninguém ia ler a proposta do IPVA e descobrir que tinha alguma coisa lá dentro que não era IPVA, mas outras coisas.

E um outro assunto que é bom que todos aqui saibam, inclusive os nossos vereadores e as nossas vereadoras mirins, é que também na CCJ, hoje, tomamos conhecimento de uma outra pérola que está aí para ser discutida e votada na Assembléia: o aumento da alíquota do ICMS. Aquilo que é 17 está se propondo ir para 18; e aquilo que é 25 está se propondo ir para 26 e sem que para esse aumento de alíquota se atribua a destinação dos recursos.

Lembro-me que alguns anos atrás, no Estado de São Paulo, votou-se uma lei aumentando em 1% o percentual, a alíquota do ICMS, mas naquela oportunidade, se não me falha a memória, o governador Orestes Quércia, destinou aquele diferencial para a construção de habitação popular no Estado de São Paulo.

A proposta que tivemos, a oportunidade de, rapidamente hoje, conhecer na CCJ, ela fala do aumento da alíquota de 17 para 18% e do aumento da alíquota de 25 para 26% e nada mais, dizendo que o dinheiro vai ser gasto em ações sociais, de saúde, segurança pública, aquela coisa genérica que nós estamos acostumados.

Seria bom que todos os deputados pudessem se aprofundar na análise desse assunto, já que todos nós que estávamos na CCJ pedimos vistas, e vamos procurar entender um pouquinho mais esta pretensão do Governo, em aumentar a alíquota do ICMS de forma linear, de 17 para 18 e de 25 para 26%.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Eu iria falar hoje sobre o problema das vilas rurais. Problema sério, gravíssimo e que afeta uma série de pessoas do Paraná, que entraram nesse programa “furado” do Governo do Estado.

Na verdade, deputado Colombo, o que se cometeu contra os vileiros, foi um verdadeiro estelionato, crime tipificado no Código Penal, e estamos preparando uma ação popular para movermos contra o governo e contra o secretário de Habitação Rafael Dely.

Foi um verdadeiro estelionato, porque venderam uma área para os vileiros e não podem dar os documentos, e agora estão tapeando, querendo urbanizar as vilas rurais para poder enfim, cobrar a área de terra de cada vileiro.

Nós estamos movendo, preparando uma ação popular, para darmos entrada, enquadrando o governador Jaime Lerner em crime de estelionato. Ele e o secretário da Habitação.

Agora, venho aqui, falar sobre a 43ª viagem do governador Jaime Lerner.

Senhor presidente, fiquei entristecido quando fui chamado, há poucos instantes, para dar entrevista a jornalistas, e recebi a notícia! Eu, deputado estadual, que deveria estar dando a notícia para a imprensa, recebi a informação que o governador Jaime Lerner, está de novo com as malas prontas para viajar aos Estados Unidos hoje à noite, completando a 43ª viagem ao exterior!

Fizemos uma representação ao Ministério Público: O Ministério Público já oficiou o governador, para que ele mande ao Ministério Público, a relação das suas viagens ao estrangeiro.

Quem pagou as suas viagens?

Quem o acompanhou nesses passeios?

O que é que ele foi fazer?

E por aí afora!

São as questões que levantamos junto ao Ministério Público, e recebemos já um ofício do Ministério Público que encaminhou ao Governo do Paraná, um pedido de esclarecimentos e de informações, dentro de determinado prazo.

Agora, senhor presidente, a surpresa maior é que o governador, está de novo, com as malas prontas.

Nem bem chegou, nem bem desarrumou as malas, já está lá o “turista de carteirinha”, com as malas prontas para viajar, de novo, para o exterior!

Fiz uma pesquisa para saber se eu estava errado em ficar criticando essas viagens cobertas de mordomias em vôos de 1ª classe, pagas com o recurso público, e este mesmo dinheiro que falta para melhorar a qualidade de vida do povo do Paraná é usado para manter essas viagens injustificáveis.

Fiz uma pesquisa, senhor presidente, em diversos governos do Brasil, telefonei para saber o número de viagens que cada governador fez para o estrangeiro nesses últimos três anos. Não estão completos ainda os ofícios

que eu recebi, ainda nem todos me mandaram respostas, mas o governador Jaime Lerner é campeão disparado. Não existe nenhum governador, fora do Paraná, que tenha ido mais do que dez vezes ao estrangeiro. Não existe governador neste País que foi para o exterior mais...

(Corte no som)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto se V. Exa. fará uso do Horário da Liderança.

O SR. NEREU MOURA

Vou usar o Horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente.

O SR. NEREU MOURA

Nenhum governador do Brasil foi para o exterior mais do que dez vezes.

Pasmem, senhores deputados, como que o dinheiro público no Paraná é usado de forma irresponsável por um Governo que não se preza e não preza o seu povo. Já realizou quarenta e duas viagens para o exterior e hoje, hoje à noite, estará viajando de novo com o dinheiro do povo do Paraná. E nós aqui, nós deputados, pertencentes a um Poder que deveria fiscalizar, que deveria acompanhar, recebemos a informação através da imprensa! A imprensa é que vem aqui comunicar à Assembléia que o governador está viajando, porque nem isso esta Assembléia merece, porque esta Assembléia já fez o que não deveria ter feito: dado uma carta branca para que este governador viaje até o último dia do seu mandato sem dar satisfação a esta Casa! E ele gostou! E ele adorou a idéia! E ele amou a idéia! Porque desde quando recebeu esse “presente”, não largou mais de viajar, aumentando o número dos seus deslocamentos para o estrangeiro, para o exterior!

Senhor presidente, fico inconformado e indignado em ser deputado aqui, nesta Casa, com Jaime Lerner de governador. É triste, é penoso, é difícil ter um homem desse quilate, desse calibre, governando o Paraná. Irresponsável, incompetente e outros adjetivos que o povo do Paraná já conhece em relação a esse cidadão!

Vou mandar mais um ofício ao Ministério Público para que inclua, deputado Zucchi, a 43ª viagem do governador Jaime Lerner. Para onde ele vai? Para onde vai o governador? Ninguém sabe! Supõe-se que esteja indo para Nova Iorque de novo. Esteja indo para Washington, segundo a imprensa, para dar uma palestra “muito importante!”, “imperdível”, não se sabe para quem. Porque para querer ouvir o governador Jaime Lerner, tem que ter muita coragem, porque nem falar corretamente ele sabe.

Então, diz que vai fazer uma palestra. Ele tem justificado as suas viagens aqui dizendo que vai dar palestras em universidades que não existem, em cidades que não existem, apenas para justificar os seus deslocamentos



à custa do erário público, às custas do povo do Paraná, com a sua “cara-de-pau” mais deslavada possível. É assim que o governador Jaime Lerner tem tratado o povo do nosso Estado.

Então, em nome do PMDB, quero deixar aqui registrado, mais uma vez, a nossa profunda tristeza, a nossa mais profunda indignação, em termos um governador irresponsável como este que está nos governando, em todos os sentidos, em todas as áreas, em todas as ações, e especialmente, este desejo incontido, esta mania, esta verdadeira determinação em viajar, viajar, voar. Eu já disse aqui nesta Assembléia que ele deveria ser um passarinho, deveria ser uma andorinha para voar do jeito que ele voa. Vive voando! Aqui no Paraná voa de avião e depois de helicóptero para não apanhar da população, para esconder-se do povo do Paraná.

Então, senhor presidente, irei comunicar o Ministério Público do Paraná porque nós não conseguimos aprovar aqui nesta Casa os requerimentos que pedem informações e esclarecimentos. Irei comunicar ao Ministério Público a quadragésima terceira viagem do senhor Jaime Lerner, para que o Ministério Público do Paraná possa pedir informações para saber onde está indo o governador do Estado.

Onde está indo?

Quem está pagando as suas viagens?

E por que está viajando, completando a quadragésima terceira viagem ao exterior?

E para a infelicidade desta Casa, para nós, deputados da Oposição, temos que receber essa informação através da imprensa. E aí, deputado Pugliesi, nós descobrimos o sentido do cheque em branco do governador. Ele não queria era mostrar a sua cara, não queria mostrar os seus atos, queria se esconder, assim como ele está fazendo. Por isso é que ele quis um cheque em branco, autorização permanente para poder viajar a hora que bem entendesse.

Ainda bem que temos uma imprensa vigilante no Paraná, competente e qualificada, que nos ajuda a cumprir o nosso mandato, nos ajuda a cumprir com o nosso trabalho de fiscalização. E pode a imprensa nos comunicar do que acontece neste Estado para que possamos aqui exigir a transparência e a decência no trato do dinheiro público.

#### O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero apenas fazer um comunicado a esta Casa. Há poucos dias eu denunciei aqui da tribuna aquilo que eu chamo de uma privatização dos dados informatizados, banco de dados do Paraná. E eu e o deputado pastor Edson Praczyk fizemos um requerimento que não foi acolhido pela Casa. Mas, a Justiça anulou o leilão, liminarmente anulou o leilão que seria realizado na contratação de uma empresa que ficaria com esse banco de dados sem justificação, um banco de dados que seria particular e prestaria serviço ao Paraná. Portanto, o próximo Governo deveria pagar essa empresa para ter os

dados dos cidadãos paranaenses, como CPF, RG, endereço, o carro, a contribuição de ICMS, as empresas, enfim, todos os dados do cidadão paranaense. E a Justiça, portanto, manda anular.

O leilão, senhor presidente, nada mais, nada menos, que 110 milhões, um “chuncho”, um esquema que a Justiça prontamente nos ajuda a acabar, de 110 milhões, para começar um esquema de contratação, no banco de dados, através do Detran.

Era esse o comunicado.

Ainda bem que existe Justiça, que atende aos nossos reclames, para evitar que o dinheiro público se esvaia rapidamente.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhores deputados.

Na semana que passou, mais precisamente na quarta-feira passada, quando aqui tivemos a oportunidade de receber uma comitiva de Guarapuava que aqui veio para presenciar a votação de uma emenda do deputado Cezar Silvestri, ao projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, para a estadualização de instituições municipais, privadas e mantidas por uma fundação, a Fundação Educacional de Guarapuava.

Naquele momento, tive a oportunidade de vir a esta tribuna, senhor presidente, para defender aquela emenda do meu conterrâneo, colega, deputado Cezar Silvestri - pedir o voto da tribuna, como já havia feito, em particular, com cada um dos senhores deputados. Tive a oportunidade, ali, de historiar o que aconteceu com o Unicentro e contar um pouco o que foi a criação da Universidade do Centro-Oeste, que tem a sua sede em Guarapuava, como também revelar fatos que, talvez, não fossem do conhecimento dos deputados, da imprensa e das pessoas que se faziam presentes naquela tarde.

Após eu ter usado a tribuna, tive a satisfação de ouvir atentamente o pronunciamento do ilustre deputado Waldyr Pugliesi. Em certo momento tentei apartear-lo, mas ele não me concedeu o aparte.

Então, o motivo de eu voltar a esta tribuna é para novamente colocar os fatos que aqui coloquei, reafirmar tudo aquilo que disse, porque o deputado Waldyr Pugliesi, acredito que no afã de sua oratória, no calor do seu discurso me chamou de atrevido, que eu sempre uso desta tribuna e sou capaz de defender projetos, como tentei defender um projeto da Copel.

Tenho todo o respeito pelo deputado Waldyr Pugliesi e digo: não sou atrevido, não! Procuro sempre usar deste instrumento, que o povo me delegou, como delegou a cada um dos senhores, que é usar da tribuna, a tribuna do Parlamento, para que possamos esclarecer os fatos, discutir idéias e defender o nosso ponto de vista.

Quero aqui reafirmar o que disse, sim. Porque aquele dia ainda fui um tanto quanto bondoso com aqueles que, em 1990, criaram a Universidade do Centro-Oeste - a Unicentro.

Lembro muito bem, senhor presidente, deputado Augustinho Zucchi, senhores deputados, eu era prefeito de Guarapuava e o deputado Cezar Silvestri era vice-prefeito e era também candidato a deputado estadual. Fizem-me os senhores em Guarapuava, uma grande festa na universidade, para a criação da Unicentro - o ano, 1990. O mês, agosto, setembro, véspera das eleições. Fizem a composição da Mesa - estávamos lá, todos sentados, uma grande platéia, deputado José Maria Ferreira, e eu fui lá também como convidado, e claro que fui lá para agradecer aquele feito. Criaram a instituição, deram os discursos, e me cassaram a palavra como prefeito de Guarapuava, não me deixaram falar na solenidade!

Então, eu queria aqui colocar os fatos verdadeiros, contar toda a história, porque se é uma coisa que eu tenho muito boa é a memória; ela não se apaga facilmente. Não é como a memória de qualquer computador que se aperta um botão e tudo se deleta, se apaga.

Tenho marcado: não deixaram o prefeito de Guarapuava falar naquele momento.

Criaram a Unicentro, deputado Alborghetti.

O governador foi eleito, Requião ganhou as eleições para governador.

Tinha um outro deputado estadual de Guarapuava que hoje é conselheiro do Tribunal de Contas, que era candidato a deputado estadual, que lá estava. Mas naquele ano, deputado Edno Guimarães, demos uma "surra de criar bicho" nele lá.

Deputado Cezar Silvestri fez 19 mil votos em Guarapuava, foi isso deputado Cezar Silvestri? E o atual Conselheiro Artagão fez 5 mil votos.

Esta é a verdade dos fatos, criaram a universidade no intuito de ganhar a eleição.

Passaram-se 4 anos e não reconheceram a nossa universidade. Ela existia no papel, existia de direito, mas não existia de fato, eu não sei se o inverso disso, quem reconheceu a universidade foi o atual governo, e com isso inúmeros cursos foram criados na nossa universidade, e hoje ela oferece mais de 30 cursos com campus em outros municípios, Pitanga, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu e por aí fora.

Falo isso para que não se delete a memória. Nós temos que preservar o passado, porque quem não preserva o passado não faz história.

E eu queria, não só pelo fato de o hoje senador Requião não ter reconhecido uma instituição que ele ajudou a criar, que estava presente na solenidade, discursou, mas eu queria, aproveitando até as palavras que foram ditas a poucos instantes pelo ilustre deputado Nereu Moura, para que fizéssemos um comparativo do governo Lerner, setor por setor.

Vamos comparar, nas diversas Secretarias.

Vejam os senhores: fala-se, combate-se o pedágio no Estado do Paraná. Ninguém gosta de pagar imposto, ninguém gosta de pagar pedágio, ninguém gosta de pagar para transitar numa rodovia.

Agora, nós temos que lembrar um fato. A história tem que ser preservada. As estradas que foram concessionadas e foram dadas para a iniciativa privada explorar através do pedágio, são estradas federais, deputado Nelson Tureck, são estradas que deveriam ser mantidas com os recursos do governo federal, e eu como disse, minha memória não se deleta facilmente, apertando botão. Tenho a lembrança muito firme de certezas que eram colocadas à época do governador Requião, às margens dessas rodovias que diziam: "Esta rodovia é de responsabilidade do governo federal", como se o governador do Estado nada tivesse com as rodovias que cortam o nosso Estado, as principais artérias do nosso Estado, não as artérias que irrigam toda a nossa economia, simplesmente dizia: isto é problema do governo federal e não se resolvia, e as nossas estradas cada vez mais deterioradas, com mais acidentes, com mais vidas humanas sendo perdidas, com mais produção sendo perdida, com mais recursos de investimentos sendo perdidos, porque o Estado, são oferecia uma infra-estrutura capaz de trazer novos investimentos para o Paraná.

É muito fácil nós jogarmos a pedra na vidraça, mas não devemos esquecer o momento em que fomos vidraça, porque na época em que foi governador, o senador Requião não tomou uma providência de exigir do governo federal os investimentos que deveriam ser feitos na malha viária federal do nosso Estado. Simplesmente, colocou um cartaz: É de responsabilidade do governo federal.

Isso não é atitude de governante, não é atitude de estadista. Isso aconteceu, e tenho certeza, todos os senhores deputados presenciaram esse fato.

Faço um outro comparativo.

Vamos fazê-lo na Educação. Eu não tenho os números precisos do setor educacional que leva recursos para o ensino de 5ª a 8ª séries, e também, do ensino médio, mas me proponho a fazer um comparativo com o Governo Requião. Vamos ver quem investiu mais. Não só na melhoria da rede de escolas, as construções de novas, as reformas, as ampliações, como também a da infra-estrutura, com a construção de laboratórios, com instalações de bibliotecas, vamos ver os valores, vamos discutir esses números. Isto é salutar para o Parlamento! Isto é salutar para o povo do Paraná!

Da mesma maneira, no ensino superior, esses números são muito recentes. Em 1994, o Governo do Estado investiu 73 milhões, no ensino superior. O atual governo está investiu 73 milhões, no ensino superior. O atual governo está investindo, este ano, 316 milhões.

Vamos para o setor de segurança pública. Vamos fazer a avaliação de quanto foi gasto em reformas e construções de novas delegacias, casas de detenção e novos presídios. Vamos fazer uma avaliação de número de

vagas que existiam nos presídios em 1994. Qual o número de vagas que existe hoje e que foram construídas no atual Governo?

Vamos ver o salário dos policiais. Claro que o salário não é aquele que nós desejamos. Queríamos que fosse muito melhor. Mas, vamos comparar, vamos ter a paciência de pegar o holerite, o contra-cheque de um funcionário do Estado de 1994, e vamos compará-lo com o holerite ou contra-cheque deste mês ou do mês de novembro.

Não vamos ficar na palavra, vamos para os números. Vamos para o setor de agricultura.

O Programa Paraná 12 Meses só investe 400 milhões de dólares. Pergunto: no Governo Requião qual foi o investimento? Meia dúzia de ovelhas que foram compradas e que, se não tomaram “doriu”, alguém comeu, porque desapareceram as ovelhas.

Aonde estão as ovelhas?

Quanto custaram essas ovelhas?

Será que custaram os mesmos 400 milhões de dólares que o Paraná 12 Meses está investindo, inclusive a Fundo Perdido? O Paraná 12 Meses investe lá, na pequena propriedade, para a melhoria das residências, proporcionando aí qualidade de vida para que o homem permaneça no campo.

Vamos discutir os números da Agricultura, tão cantados em prosa e verso, pelo Governo do PMDB.

Vamos fazer o comparativo.

Gostaria que viesse aqui a esta Casa, o senador Requião para nós compararmos esses números, para vermos a verdade, que é isso que o povo do Paraná deseja ver: a verdade!

Se nós formos para o campo ou para a área da industrialização do desenvolvimento, diz por que o governo viaja, por que vai aqui, vai para lá. O resultado dos contatos das viagens que faz o governador são extraordinários.

Na continuidade, deputado Neivo Beraldin, eu lhe concedo aparte.

Tenho dados que me vieram à mente. Não tenho números oficiais, mas no setor de desenvolvimento, além das montadoras que estão proporcionando uma riqueza represada para o Estado. Essa é que é a verdade. Não foi dado nada. O ICM não foi dado. Foi concedida uma dilação de prazo. Imagine o que existe de ICM represado por parte das montadoras e das empresas satélites que se instalaram no Paraná a partir de um projeto de planejamento e desenvolvimento do governador Jaime Lerner e quero reafirmar o que já disse. O governador Jaime Lerner implantou esse projeto porque teve vontade política e teve visão, porque a lei que ele se baseou para implantar esse projeto, já existia na época do governador Requião, que é a chamada Lei Anibal Khury.

Vejam os senhores: lembro rapidamente. Além das montadoras no setor madeireiro, nós temos a Tafisa em Piên, temos a Macisa em Ponta Grossa, temos a Placas do

Paraná investindo em Piraí do Sul. Estou lembrando só das grandes e não das médias e das pequenas.

Temos em Ponta Grossa, uma fábrica francesa de carpetes, uma fábrica de pneus, uma de canetas. Tenho certeza que é orgulho dos deputados Plauto Miró e Luiz Carlos Zuk, que representam Ponta Grossa. É o movimento que traz à cidade de Ponta Grossa e a agregação de valores.

A Kaiser que já era para ter se instalado em Ponta Grossa e o atual senador Requião afugentou dizendo: “Eu não estou para conceder benefícios para a Coca-Cola” e a Kaiser não se instalou.

A partir do momento em que o governador Jaime Lerner assumiu o governo, a Kaiser se instalou. Está gerando empregos, renda, tributos para o Estado e Ponta Grossa. Temos a Sadia, em Paranaguá, temos os Elevadores Atlas em Londrina. Temos a Siemens, em Irati. Temos uma fábrica de queijos no interior do Paraná, não lembro se é Mallet ou Rio Azul, que se instalou para fabricar queijos para fornecer a rede Mc Donald’s, valorizando o produto da região, o leite.

Temos mais.

Assinaram um protocolo para a instalação de uma grande indústria química em Maringá, a Haudi-Ind. Química. Mais de 70 milhões de reais, mas não é só isso, não!

Temos em Cambé, uma indústria de medicamentos genéricos, uma indústria que vem da Alemanha.

Quero fazer um comparativo. Sabem por quê? Porque tem o governador Requião, uma dívida que ele nunca conseguirá pagar, com Guarapuava. Quando nós éramos prefeito daquela cidade, conseguimos atrair para lá a Avipal, uma das maiores empresas do setor em todo o Brasil, na criação, abate e venda de frangos e ovos. Atraímos para Guarapuava esse grupo chinês, que tem a sua sede em Porto Alegre e a empresa Avipal comprou uma pequena cerealista que existia em Guarapuava e que tinha capacidade de armazenagem de 5 mil toneladas. Em dois anos a Avipal já tinha instalado uma capacidade de estocagem de cem mil toneladas e queria trazer para Guarapuava a integração à criação de frangos.

Nós estivemos diversas vezes com o governador Requião. Não só eu, o deputado Cezar Silvestri, que já era deputado e que lutamos para levar a Avipal, que seria a redenção dos pequenos proprietários da nossa cidade.

E na última vez que ocorreu o fato, no aeroporto de Guarapuava quando da realização dos 40 anos de imigração suávia para Guarapuava, nós aguardávamos no aeroporto a chegada do então ministro Cabreira.

Estava eu, estava o deputado Cezar Silvestri, chegou o avião com o governador Requião. Em seguida chegou o então deputado federal, que naquele dia seria informado que seria ministro da Previdência o deputado Reinold Stephanes. E ali travamos uma discussão, onde, com o sol em nossa cabeça, o asfalto do aeroporto Trancredo Tomaz de Faria servindo de nosso piso, o senador Requião falou: “Não concedo incentivo fiscal. Quem qui-

ser vir para o Paraná que venha com o dinheiro próprio”. E a Avipal não veio. E Guarapuava perdeu.

Então, eu tenho fatos, tenho dados, tenho números históricos que trazem a verdade do que vem acontecendo no Paraná. Não é à toa que o Paraná chega em 4º lugar como Estado mais competitivo do Brasil, que teve o maior crescimento. São dados do IBGE!

Mas, se nós formos para o setor de habitação, ora, quem não lembra? Tenho certeza que todos os deputados lembram. Quando terminou o Governo Requião ficaram mais de 20 mil casas começadas. Muitas delas só com viga de baldrame feita, porque o Governo passou um recurso ínfimo, que não dava para os prefeitos concluírem as casas. E tenho certeza que muitos dos deputados, que têm a sua base municipalista, sofreram com os prefeitos pedindo mais recursos para a conclusão dessas casas. Foram mais de 20 mil casas! E, no setor de habitação, além dessas 20 mil casas, foram construídas mais de 30 mil e mais 16 mil casas nas vilas rurais.

Então, quero fazer o comparativo. Vamos trazer os números do governo Requião para compararmos com o governo Jaime Lerner.

No setor social, são mais de 400 creches construídas em todos os municípios do Estado do Paraná. Além de todos os outros programas coordenados pela Secretaria, que tem à frente dona Fani Lerner. Geração de renda, formação de mão-de-obra, são inúmeros! Mas eu só dou um número, são 400 creches. Quantas creches construiu o Governo Requião no Estado do Paraná? Ele, que se diz um governo de esquerda e um governo que prima pela área social!

Tem mais um dado. A questão de salário.

Nós estamos ouvindo diariamente que o Governo está sacrificando o funcionalismo público. Naquele dia, lembro bem, o deputado Waldyr Pugliesi falou que o governo não paga os salários. Paga sim, deputado Waldyr Pugliesi, paga em dia! O Governo do Paraná ainda não atrasou o salário dos funcionários. E todo ano é a mesma lenga-lenga, o Governo não vai pagar o salário, o Governo vai atrasar o 13º salário. E no dia certo o pessoal vai lá no caixa eletrônico toca o dedo e cai o dinheiro em baixo. Então, paga-se em dia o salário. E o que é importante, quero fazer um comparativo de todas as classes funcionais. Porque eu tenho os números dos aumentos que foram concedidos aos funcionários públicos. A partir de janeiro de 95 nós já começamos a pagar 16% a mais. Eu digo nós, porque eu assumi junto com o governador Jaime Lerner, eu era chefe da Casa Civil.

E naquele dia o deputado Waldyr Pugliesi falou: “O Governo deles quebrou o Estado”, referindo-se a mim. Não está quebrado, não, é um ledão engano, aqueles que pensam que o Estado do Paraná está quebrado.

Acho que foi na coluna de sábado, um jornalista, se não me falha a memória foi do Luiz Geraldo Mazza, ele faz uma interrogação perguntando o seguinte: “por que será que tem tanta gente querendo governar o Paraná se o Estado está quebrado?” Não está quebrado, não! O

Governo do Estado do Paraná é um dos governos mais sólidos e com mais recursos a adentrar o caixa do Tesouro.

Vejam os senhores: vamos trazer o holerite o contra cheque; veja, isso é um desafio que eu faço, vamos trazer o contracheque dos policiais, dos professores, de todos, vamos trazer e vamos transformar em moeda forte e nós vamos ver a diferença, e eu tenho certeza absoluta que ela é amplamente favorável ao Governo! Então essa lenga-lenga que tem arrocho, claro, o salário sempre não é aquele que nós desejamos, nós gostaríamos que o salário fosse melhor, só que o salário hoje é melhor do que foi naquela época!

Agora um outro dado que eu quero conversar com os senhores, que é a respeito da Copel. Eu tenho o maior respeito por todos os parlamentares, por parlamentares que construíram a sua história na luta, e o deputado Waldyr Pugliesi é um que construiu a sua história na luta. Ele lutou contra o regime militar, eu também, eu era estudante e o estudante sempre é contra, não é, eu também fui contra o regime militar. Só que eu tenho que reconhecer, deputado Waldyr Pugliesi, que muitas das coisas que nós temos hoje foram construídas no regime militar.

Quem não lembra o que era o sistema de telecomunicações? Eu, pelo menos, que sou do interior, lembro muito bem o número do telefone da minha casa, em Guarapuava, era o 387. A gente levantava o telefone, ficava esperando um tempão, aí perguntavam: “Qual é o número?” Aí a gente dizia: “387”. Tocava na minha casa.

Foi o governo militar que implantou todo o sistema de telecomunicações que o PSDB vendeu por 20 bilhões e botou o dinheiro dentro do caixa do Tesouro. Agora está ali, no alto da Manoel Ribas, que é a sede hoje da Brasil Telecon, que comprou a Telepar, que o nome é Presidente Costa e Silva.

A verdade é a seguinte - nós temos que contar a História! Nós não podemos esquecer a História! A mesma coisa é a Copel.

Quem não lembra a dificuldade, principalmente que morava no interior do Estado, que não tinha luz elétrica, que tinha que viver na base do candeeiro ou da vela, ou quando a luz acendia só num setor da cidade. Se nós fizermos a avaliação vamos ter que este progresso aconteceu neste período. Vamos ver a Copel, o que foi construído? As principais usinas do Estado foram construídas, por quem? Vejam só, Foz do Iguaçu, quem construiu, deputado Waldyr Pugliesi, foi o ex-governador Canet, a quem o senhor fazia oposição e que é a maior usina do Rio Iguaçu, a que gera mais energia. Aí nós temos Salto Segredo que foi construída pelo Álvaro Dias, mas nós temos Salto Caxias que foi construída pelo governador Jaime Lerner.

Então, se nós compararmos, dois por um, daí porque a todo instante nós assistimos, ouvimos a colocação que o Governo do Jaime Lerner é oriundo da ARENA, dos militares, mas veja só, no setor elétrico, deputado Edno Guimarães, está de dois a um. Salto Santiago e

Salto Osório, também no Rio Iguaçu, foram construídas pela ELETROSUL, que era do governo militar e que também os militares fizeram.

Então, vejam os senhores neste comparativo nós temos dados que mostram a produtividade de cada governo. Agora eu quero deixar aqui uma colocação: em 1986 houve aquela avalanche do PMDB, todos lembram, eu não lembro se eram 25 Estados mas eu sei que o PMDB deve ter elegido acho que 22 governadores, a maioria da Câmara Federal, a maioria do Senado. Foi um arraso, como dizem os mais jovens, foi um arraso! O PMDB elegeu todo mundo em 1986. O Paraná tinha uma grande bancada, na Câmara, tinha os dois senadores lá em Brasília, e aí o grande Congresso Constituinte, 1986, foi a grande campanha. O falecido deputado Ulyses Guimarães: "Precisamos de uma nova Constituinte". Foi a campanha da Constituinte, 1986, até o povo ficou sabendo o que era Constituinte.

Todo mundo queria saber o que era a constituinte. Pois bem, o PMDB tinha maioria, se não me falha a memória porque a minha memória não é de se deletar, tinha o deputado Waldyr Pugliesi, deputado Nelton Friedrich, deputados federais.

E o José Serra aprovou na Constituição um dispositivo que isenta de ICMS toda a energia elétrica exportada de um Estado para o outro.

Meus senhores, isso dá um prejuízo anual ao Paraná de 400 milhões de reais! Se nós fizermos uma conta rápida, deputado Litro, são treze anos multiplicados por 400 milhões, dá 5 bilhões e 200 milhões de reais! É mais do que o valor que ia ser vendida a Copel! E este prejuízo é irreversível e a cada ano que passa nós estamos assistindo o Paraná perder 400 milhões de reais, e eu pergunto: Onde estava a bancada do PMDB, lá na Câmara Federal, que não atendeu isso?

Mas, quero ir mais à frente, quero dizer aos senhores que respeito o deputado Waldyr Pugliesi, mas não esqueci em 1990, logo após as eleições, eu fui a Brasília acompanhando um deputado federal que tinha sido eleito por Guarapuava e no mesmo vôo tive o prazer e a satisfação de ter a companhia do deputado Waldyr Pugliesi, que era deputado federal, e quando nós saímos do aeroporto e nos dirigíamos para apanhar um táxi, eu me lembro muito bem, o senhor falou que estava muito sentido com o seu partido, que o seu partido não lhe deu apoio, que o senador Requião, que tinha sido governador do Estado, deixou-o à margem e apoiou o então senador eleito, José Eduardo Vieira.

Então, eu quero dizer aqui deputado Waldyr Pugliesi, o senhor não deveria defender o senador Requião, o ex-governador Requião porque na hora que o senhor foi candidato e eu lembro da sua luta como candidato a Senador, lembro muito bem de um programa no qual o senhor denunciava o fato de o Bamerindus ter tomado uma frota de caminhões de um pequeno empresário de Ponta Grossa. O senhor dava os dados, os números e o senador Requião não lhe foi fiel.

Então, eu acredito que o senador Requião não merece a sua defesa, não merece a qualidade do seu discurso, não merece a sua bravura, a sua luta.

Não merece não! No momento que ele deveria lhe prestigiar, apoiar, pedir votos, colocar o seu partido a seu serviço para lhe eleger, eu tenho certeza que o senhor seria brilhante no Senado da República, ele preferiu apoiar o banqueiro, como ele dizia, e que se elegeu senador, José Eduardo Vieira.

Peço escusas aos nobres deputados que não tive oportunidade de conceder aparte, mas eu tenho convicção que nós poderemos continuar neste debate, para que nós possamos fazer o comparativo dos números, o comparativo dos governos.

#### O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

O deputado Ribas Carli, temendo o debate, porque os seus argumentos são frouxos não quis nos dar aparte.

Então, eu me inscrevo no Grande Expediente do dia de amanhã, para que eu possa rebater um a um, a começar dizendo o seguinte, senhor presidente, o governador Jaime Lerner está no poder há 7 anos, o governador Requião foi por 3 anos, já o dobro de anos o governador Jaime Lerner.

Vamos começar por aí. Eu quero aqui debater todos os dados e dizer mais uma coisa, deputado Pugliesi, outra vez, que V. Exa escolha bem, porque fazer confidências a quem não merece, dá no que deu!

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Nereu Moura, para amanhã já há inscrição para o Grande Expediente.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, pela ordem!

##### (Assentimento)

Também não fui honrado com aparte do nobre tribuno Fernando Ribas Carli. Interessante, quando uso a tribuna não tenho a honra de receber a solicitação de aparte do lado do Governo; quando ele defende o governo, não me concede a honra de poder apartear-lo.

Mas, quero dizer apenas para uma ilusão, que viajei a Santa Tereza do Oeste esta semana, e lá também tem um prédio que não tinha há algum tempo atrás, V. Exa. que tem fábrica aqui, indústria ali, na Rua XV, se V. Exa. andar do lado direito, construíram um prédio e na esquerda também.

Quem sabe V. Exa. pode puxar isso para o Governo.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Senhor presidente.

O deputado Fernando Ribas Carli não nos deu aparte. Mas, onde queríamos interferir era com relação ao ano de 1995, na nossa cidade de Ponta Grossa.

O deputado Luiz Carlos Zuk é testemunha, naquele período era um deputado alinhado com o atual

governador, aonde na época, o governador Roberto Requião, não concedeu incentivos à indústria Kaiser que está hoje lá em Ponta Grossa.

Ele, quando governador, não concedeu os incentivos, a indústria foi embora, foi para o Estado da Bahia, e quando o atual governador assumiu o Estado do Paraná, concedeu os incentivos fiscais, como concede às demais empresas do Estado do Paraná e hoje a Kaiser está lá em Ponta Grossa, gerando emprego e arrecadação para o município, para o nosso Estado.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, pela ordem!

**(Assentimento)**

O governador Requião não concedeu incentivo à Kaiser e nem à Chrysler, que fraudou o Paraná em mais de 400 milhões de reais!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito aos senhores deputados: não há Questão de Ordem a decidir.

A Mesa foi complacente, tanto com o lado da Bancada da Situação, como com a Bancada de Oposição e a partir deste momento, não havendo Questão de Ordem a decidir, passaremos ao Horário das Lideranças.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente!

Acho que V. Exa. não pode ser antidemocrático assim, mesmo que o Regimento diga. Isso aqui é um Parlamento, temos que ter o direito de falar!

Queria que V. Exa. colocasse a sua formação acima até do Regimento!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Moysés Leônidas, esta presidência volta a repetir, não é questão de ser democrático, há uma questão do Regimento.

Todos os Horários da Liderança, com exceção do PMDB, estão livres, todos os deputados poderão fazer uso do Horário das Lideranças.

Tenho sido extremamente complacente e democrático, não posso aceitar isso que V. Exa. está dizendo, mas, concedo a palavra a V. Exa., pela ordem.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Agradeço.

Quero cumprimentar o brilhante pronunciamento do deputado Ribas Carli e dizer a V. Exa. deputado, que a verdade dói, mas, tem que ser dita, doa a quem doer. É aquele que fala sempre o que quer, acaba ouvindo o que não quer.

Na minha cidade, Londrina, não temos nenhum reconhecimento com o senhor Requião, aliás, a única coisa que ele fez lá foi mentir até hoje. Inventou o Ferreirinha e uma série de outras coisas.

Quero dizer aqui o seguinte: o plano que temos que debater é este: o Requião é um mentiroso, todo mundo sabe disso. Ele fala o que quer, depois quando alguém pisa nele aí vem todo mundo com dor, sentindo as dores dele.

Quero ficar com V. Exa.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, pela ordem!

**(Assentimento)**

Mentiroso de carteirinha é o governador Jaime Lerner, senhor presidente! Esse é o rei das mentiras do Paraná!

Não tenho medo da verdade, não temos medo da verdade. A verdade quando é dita com letras maiúsculas e sinceras, nós ouvimos. Não queremos ouvir meias verdades. As palavras têm que ser feitas por inteiro e se há algum mentiroso neste Paraná, esse mentiroso é aquele que está ali no terceiro andar do Palácio Iguazu.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Se o Requião tivesse vergonha não teria sido governador.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PL, PSL.

**(Declinam)**

Consulto a Liderança do PPS se fará uso do seu horário.

Com a palavra, senhor deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhores deputados:

O que me traz à tribuna na tarde de hoje, é para fazer um breve relato do que será o Orçamento para o ano de 2002, e principalmente com relação às emendas que foram apresentadas no orçamento e que nós tivemos uma reunião, pela ausência do relator, deputado Durval Amaral, que depois nos justificava o motivo da ausência.

Quero aqui comunicar antecipadamente, a todos os membros da Comissão de Orçamento, que a reunião que seria marcada para hoje, depois da Sessão, ficou marcada para 2ª feira, logo após a Sessão Plenária para que possamos antes de votar o substitutivo geral, feito pelo relator, tentar alguns entendimentos, principalmente com relação às emendas Coletivas.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, hoje, na Comissão de Orçamento, o deputado Hermes da Fonseca, apresentava um requerimento onde levantava uma questão da maior gravidade sobre a denúncia feita contra o Secretário da Segurança, o ex-deputado José Tavares, de que ele haveria contratado sem licitação, duas obras no valor de vinte milhões de reais.

Uma, para a construção de uma penitenciária em Foz do Iguaçu, e outra, para construção da penitenciária aqui em Curitiba.

Fazia esse requerimento do deputado Hermes Fonseca, que foi aprovado por unanimidade na Comissão de Orçamento, e que por essa razão estamos convocando o Secretário Tavares., para que na próxima 3ª feira, às 10h30min, esteja na Comissão de Orçamentos, para prestar esclarecimentos sobre essa denúncia.

Eu estive vendo, também recebi informações de que na última 6ª feira, essa matéria foi noticiada em vários jornais. Inclusive, é motivo de uma ação popular feita pelo Guilhobel Aurélio Camargo, exatamente nessa linha, de que duas obras, uma no valor de onze milhões e meio, e outra no valor de oito milhões e meio, haviam sido feitas sem licitação.

Não quero aqui antecipar o meu julgamento, até porque nós estamos convocando o Secretário, mas aproveito esta oportunidade para convidar a todos os deputados, independente daqueles que fazem parte da Comissão de Orçamento ou não.

Aqueles que quiserem acompanhar esse depoimento feito pelo Secretário Tavares na Comissão, que estejam presentes na próxima 3ª feira, às 10h30min.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

PDT, PT, PPB, PT, deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor presidente, senhores deputados:

O deputado Líder do PPS, Cezar Silvestri, abordou um assunto que é relevante e de interesse público do Estado do Paraná.

Como foi noticiado pela imprensa, através da lei aprovada na Assembléia Legislativa, nós autorizamos a construção dessas duas penitenciárias, uma em Foz do Iguaçu e outra em Curitiba, e que pelo que consta a documentação arrolada na Justiça, pelo advogado do senhor Guilhobel, as duas obras carecem de processo licitatório.

Eu apensei a esta Casa, na tarde de hoje, um pedido de informações, no que diz respeito aos repasses que a Secretaria da Fazenda fez, e aos empenhos que foram destinados à Secretaria da Segurança.

Pedidos de Informações, na realidade, para esclarecer se a Secretaria da Segurança efetuou o pagamento da parcela prevista para o mês de novembro, dezembro, tanto para Foz do Iguaçu, quanto para a construção desta penitenciária aqui em Curitiba.

Então, gostaríamos que os senhores deputados aprovassem o Pedido de Informações, porque se trata de uma obra sem licitações, e que é objeto de disputa jurídica hoje, em função da ação popular impetrada na Comarca de Curitiba.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

Liderança da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, eu gostaria de fazer uso do Horário do PMDB, mas como ele já foi usado pelo deputado Nereu Moura, então eu, com muita tranquilidade, uso o Horário da Liderança das Oposições.

Eu quero dizer o seguinte: o deputado Ribas Carli, quando fala que eu teria feito reclamação a ele em relação àquilo que tinha acontecido em 1990, não me lembro disso, deputado Ribas Carli, mas acredito que V. Exa tenha ouvido isso mesmo da minha parte. O que aconteceu em 1990?

Eu era deputado federal constituinte, e, como sempre, me dediquei à minha tarefa. Fui, seguramente, um dos três deputados mais presentes nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e tinha tomado uma decisão, pela enormidade do trabalho que nós tínhamos desenvolvido, eu já há tantos e tantos anos desempenhando mandatos parlamentares e assumindo várias vezes a prefeitura do meu município, que na minha visão, eu não gostaria de ser candidato em 1990. E até alinho, deputado Praczyk, o seguinte: como pode alguém como eu, que fiz uma batalha essencialmente ideológica na Assembléia Nacional Constituinte, sem um “tostão furado” no bolso, ser candidato? Para estarmos presentes em Brasília, não poderíamos estar aqui, e naquela época os Governos não liberavam as generosas verbas que liberam nos dias de hoje. O deputado Alborghetti talvez não se lembre disso, mas é verdade o que estou dizendo.

Então, tomei uma decisão: não serei candidato em 1990. Bom! Fui surpreendido pelo Partido que começou a propor, em vários “cantos” do Estado a minha candidatura ao Senado. Havia falta de coragem, talvez, em muitos que estavam dentro do Partido e começou. Eu falei: não vou disputar eleição nenhuma neste ano de 1990, por essas razões que acabei de falar aqui. Bom, o Partido se reuniu, fez uma convenção histórica, e eu acabei sendo indicado candidato do PMDB ao Senado da República.

Olha, o governador da época, Álvaro Dias, assumiu a candidatura do deputado Osvaldo Macedo. Ele e o grupo Alvarista se colocaram contra a minha candidatura, mas o Partido, talvez em um gesto que me engrandeceu, reconhecendo aquilo que eu tinha feito durante todos esses anos, foi contra a posição do governador Álvaro Dias, daqueles que lhe davam apoio mais de perto, e as bases partidárias se revoltavam e me fizeram vitorioso como candidato ao Senado da República.

Eu me lembro que saí daqui, depois de ter sido indicado, e compareci para falar, inclusive com o governador da época, e falei: olha, eu fui indicado pela base partidária, mas a cúpula não quer nada com a minha candidatura. Como que eles empalmariam uma candidatura de alguém que é tido como radical, alguém que é da

extrema esquerda, como eu sempre fui rotulado? Não queriam!

Queriam o quê?

Queriam alguém que tivesse muito dinheiro! E encontraram na candidatura, que eu julgo até honrada, do senador José Eduardo de Andrade Vieira.

Olha, eu qualquer dia virei a esta tribuna para recolocar as coisas e para dizer, inclusive ao meu querido companheiro Nereu Moura, que eu não fiz nenhum tipo de confidências ao deputado Carli, na realidade era uma situação pública e notória. O Partido indicou-me e eu estive várias vezes colocando para a direção partidária que eu não deveria ser candidato, porque eu não tinha apoio das lideranças do partido, que estavam atrás, do quê? Estavam naquele nascedouro fisiológico, atrás de alguém que pudesse financiar a candidatura deles. Essa é a grande verdade.

Quero dizer, até para ficar na história, que lá dentro do partido, lá no PMDB, chegaram a montar uma espécie de esquema dentro do partido, dentro do diretório, de apoio à candidatura do ilustre paranaense José Eduardo de Andrade Vieira.

Olha, eu vendo aquilo, falei: mas, para quê ser candidato?!

Élan, empuxo, competência, perdoem-me! Julgava-me pela avaliação que a “companheira” sempre fez que eu tinha, sim, para disputar o Senado! Mas, lembro-me dos programas de televisão do PMDB, eles enxertaram figuras estranhas ao partido, porque já tinham uma proposta para ganhar a eleição. E eu falei claramente isso com todas as lideranças. Lembro-me, por exemplo que tinha um deputado federal que ficava no Partido. Ele vinha aqui trazia 10, 15 prefeitos ao Palácio do Governo. E dali ele saía com todos eles para o gabinete, para o escritório do então candidato Andrade Vieira.

Então, aquilo que o Nereu falou de confidência, na realidade era uma coisa pública e notória. Eu não vinculo os problemas particulares ou pessoais meus, ou políticos, com aquilo no qual eu acredito. Tanto é que eu continuei no partido, continuei fazendo campanhas dos companheiros que eu julgo merecedores de campanha.

A vida política é assim mesmo, é desta maneira.

### O Sr. Nereu Moura

Deputado Pugliesi, eu falei que era uma confidência porque o deputado Ribas Carli falou na tribuna que V. Exa. contou a ele, quando desceu do avião indo a Brasília. Agora, quero dizer que o PMDB tem por V. Exa. um respeito extraordinário, V. Exa. é um marco para o nosso Partido.

Lembro-me, na juventude do PMDB, V. Exa. era um guia para nós, moços, que na época ajudávamos a construir a história do nosso partido.

Eu comecei, deputado Pugliesi, pela juventude do PMDB. E militando no partido, tornei-me deputado. Mas sempre no PMDB. E V. Exa. sempre foi uma referência para o nosso partido. Por isso, eu quero aqui aproveitar

esse aparte para dizer o quanto nós estimamos V. Exa., vossa liderança, a figura de V. Exa. que teve, sim, problemas, altos e baixos. O PMDB deve a V. Exa.; o PMDB deve, sim, cometeu falhas com V. Exa. Agora, é um problema interno nosso que V. Exa. já colocou, compreendeu aquele episódio e que continua firme, sempre engrandecendo o nosso partido. E não pode, alguém que não é do nosso partido, querer utilizar um episódio que aconteceu para querer criar uma situação constrangedora dentro do nosso partido.

### O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço o seu aparte, mas gostaria de dizer o seguinte: um Partido em posição diferenciada, multifacetada. Esse episódio é de 1990. E eu voltei, fiz parte, de uma maneira ou de outra, do governo Requião. Reconheço no Requião qualidades singulares, ímpares em relação a muitos outros políticos. É um homem que tem uma capacidade enorme de apreender aquilo que está acontecendo.

Ontem mesmo, senhor presidente, em uma reunião de prefeitos e vice-prefeitos do PMDB, o senador Requião fez um esboço da situação mundial, nacional e do Paraná, no meu entendimento quase irretorquível. Aquilo que ele colocou era de uma clareza que o credencia para ser novamente o governador do Paraná, para ser senador, para ser, inclusive presidente da República.

A política é dessa maneira: tem gente que gosta de música clássica; têm pessoas que abominam a música clássica; tem gente que tem o seu paladar diferenciado dos outros.

O Requião é meu companheiro, meu amigo. Acho que naquela estrutura de 90, ele não era a peça determinante daquele quadro que estava acontecendo. Eram muitos componentes, para você ver com clareza a definição daquilo que estava sendo colocado.

Eu, após 1990, trabalhei no governo, com seriedade, voltei à Prefeitura de Arapongas; voltei a ser candidato estadual, meio a contra-gosto e estou aqui, dando o melhor de mim para os eleitores que, mais um vez, confiaram e sabem do meu trabalho.

Estou disposto a, juntamente com companheiros de todos os outros partidos, elaborarmos uma proposta de unidade e ganharmos as eleições, porque não concordo, por exemplo, com os rumos que estão sendo impostos ao Paraná.

Agora mesmo, uma jornalista me perguntou: O que é que você acha desse período de férias, que o governo vai dar para si mesmo? O governo do Estado entra de férias no dia 26 e volta no dia 09. Eu falei: Mas o governo está de férias há quantos anos? É uma coisa risível. Esse governo está de férias. Esse governo é estéril. Ele não tem produzido.

Essa discussão, as posições diferenciadas, é que dão o humor e o matizamento ideológico, para um Parlamento.



Outro dia fui, talvez, até duro demais e rude com o deputado Ribas Carli. Mas hoje, quando ele fala daquilo que eu teria afirmado, lá, em 90, talvez, eu não me lembre. Tantos anos! A gente conversou com tantas pessoas. Talvez, V. Exa. tenha, sim, ouvido isso de mim. Logicamente, um partido que lança um candidato e, depois, por falta de condições materiais o abandona, é um problema deles. Eu sou vítima. Não sou criminoso da história. Fui alguém, no momento da eleição de 90, deixado de lado pelas condições materiais. Como é que eu poderia financiar candidaturas a deputados federais ou garantir a reeleição de deputados estaduais.

Eu sempre fiz política em cima de idéias e programas. Tem gente que diz que isso é ultrapassado. Ultrapassado, uma ova! Essa é a grande verdade da política. Quem não faz política em cima de princípios, vai fazer política em cima de quê? Daquilo que não tem espinha dorsal? Daquilo que não tem raiz? Daquilo que não se finca, em lugar nenhum?

A minha caminhada, deputados, é humilde e modesta, mas não me envergonho dela. Fui um homem que combateu contra os poderosos e os detentores do grande capital. Combati contra a grande aliança que se fez neste País, política, militar e financeira, e estou aqui, estou ao lado dos pequenos, estou ao lado daqueles que precisam ser defendidos para defender os grandes, os poderosos.

Sobre a gente para fazer essa defesa. Portanto, quero dizer que as palavras que pronuncio aqui, são numa linha de comportamento que eu tenho, de crenças e por que não dizer dos sonhos que eu sempre alimentei na minha alma e no meu coração.

Nunca nenhum deputado vai ver eu misturar questões políticas com problemas particulares de quem quer que seja.

Acho que o Parlamento precisa ser defendido, o Parlamento fica, muitas vezes, à mingua, porque aqueles que querem destruir o Parlamento são aqueles que querem caminhar na direção da ditadura, do discrionário, e nós não queremos nada disso; queremos regime democrático, liberdade, condições de cada um cantar a sua alegria, cada um cantar a sua verdade em qualquer canto deste Estado ou desta Nação no mundo. Eu me sinto internacionalista ao defender o pedaço de chão, o quarteirão, ao defender o bairro, eu me sinto internacionalista, me sinto como quando Tolstoy falou: “Cante a sua aldeia e serás universal”.

#### O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)

Quero registrar a presença aqui nesta tarde, do prefeito da cidade de Luizlândia, o senhor Wilson Tureck, meu irmão.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós agradecemos a presença do prefeito e registramos.

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA, com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pela senhora deputada Serafina Carrilho, na qualidade de líder do PL, indicando o nome do deputado como titular da CPI dos Alimentos e seu próprio nome como suplente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Carlos Simões, na qualidade de líder do PTB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados como titulares e suplentes, para compor a CPI do Leite. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Ademir Traiano, na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados como titulares e suplentes para compor a CPI dos Alimentos. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados que irão representar o partido na composição da CPI dos Alimentos. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de líder do PSL, constante do expediente, indicando os nomes dos Deputados como titular e suplente para compor a CPI dos Alimentos. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Hermes Fonseca, na qualidade de líder do PT, constante do expediente, indicando os nomes da deputada para compor a CPI dos Alimentos. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Deputados que irão representar o Partido na composição da CPI dos Alimentos, como titular e suplente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

## ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 564/2001, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor, com sede no município de Loanda e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel do município de Bandeirantes. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI Nº 564/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor, com sede no município de Loanda, a Fundação Faculdades Luiz Meneghel, com sede no município de Bandeirantes e a Escola Superior de Ciências Agrárias- Esca, vinculada à Fundação Educacional de Guarapuava - Feg, com sede no município de Guarapuava.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, também, integrar as referidas Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor, e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel à Universidade Estadual do Paraná- Unespar, criada pela Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, integrando ainda, a Escola superior de Ciências Agrárias - Esca à Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro, com sede no município de Guarapuava.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.2001.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

## ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, dá nova redação ao dispositivo da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre carnes e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. SUBSTITUTIVO DA CCJ COM PARECER FAVORÁVEL. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

## ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Assesoar- Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, com sede e foro no muni-

cípio de Francisco Beltrão-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

## ITEM 04

3ª discussão - do Projeto de Lei nº 520/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Linha São Luiz do Município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

## ITEM 05

3ª discussão - do Projeto de Lei nº 525/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim São Domingos, com sede no Município Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

## ITEM 06

3ª discussão - do Projeto de Lei nº 547/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que altera Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS (fica acrescida alínea "e" ao inciso III, do art. 14). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

## ITEM 07

3ª discussão - do Projeto de Lei nº 550/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores de Santo Antonio, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

## ITEM 08

3ª discussão - do Projeto de Lei nº 573/2001, de autoria do deputado Hermas Bandão, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores de São Jerônimo da Serra, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que fica autori-

zado o Poder Executivo a firmar convênio entre as Secretarias de Estado da Saúde da Indústria e Comércio e Ciência e Tecnologia (via Tecpar) para que o consórcio Paraná Medicamentos passe a produzir e comercializar medicamentos a preços populares. **PARECERES FAVORÁ-VEIS DA CCJ, CSP e CAIC. Aprovado. (Publ. no DA nº 094/99, de 16.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 426/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 426/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a firmar convênio entre as Secretarias de Estado da Saúde, de Indústria e Comércio e Ciência e Tecnologia, via Tecpar, para que o consórcio Paraná Medicamentos passe a produzir e comercializar medicamentos a preços populares.

Foram promovidas diligências e foi recebida resposta favorável do Tecpar.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 426/99

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 426/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar convênio entre as Secretarias de Estado da Saúde, de Indústria e Comércio e Ciência e Tecnologia (via Tecpar) para que o consórcio Paraná medicamentos passe a produzir e comercializar medicamentos a preços populares.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável pela douta Comissão de Constituição.

Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde Pública, entende que:

A produção e comercialização de medicamentos a preços populares, trará um grande benefício a toda população paranaense, que passará a pagar menos na compra dos medicamentos, podendo cuidar melhor da saúde.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, § 10, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 426/99.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
CLEITON KIELSE - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 426/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar convênio entre as Secretarias de Estado da Saúde, de Indústria e Comércio e Ciência e Tecnologia (via Tecpar) para que o consórcio Paraná Medicamentos passe a produzir e comercializar medicamentos a preços populares.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após obter pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Saúde, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a emissão de declaração negativa de débitos por empresas prestadoras de serviços públicos. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAIC e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 110/2000, de 23.08.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 274/2000

P A R E C E R :

01) do projeto: de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, o presente projeto de lei dispõe sobre a emissão de declaração negativa de débitos por empresas prestadoras de serviços públicos. Da análise legal e constitucional não existem óbices à sua tramitação legislativa e regular aprovação nos termos dos procedimentos desta Comissão.

02) do Parecer: do exposto somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 274/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão dispõe sobre a emissão de declaração negativa de débitos por empresas prestadoras de serviços públicos como água, esgoto, gás, telefones e energia elétrica.

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar regimentalmente em relação ao projeto e considerando que o mesmo trará muitas facilidades à população

do Paraná, conforme a justificativa do mesmo, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 274/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, o projeto de lei em questão objetiva aprovar a emissão de declaração negativa de débitos por empresas prestadoras de serviços públicos, tais como: água, luz, telefone, dentre outros.

Ao passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e Finanças, a matéria veio a receber parecer favorável, faltando, conforme requerimento anexo, o parecer da Comissão de Defesa ao Consumidor que em muito contribuirá para a tramitação do projeto.

De acordo com o despacho da Diretoria Legislativa que cita as Comissões que devem opinar, consta a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que após inteirar-se da propositura, levou em conta o mérito da questão, pois como cita:

- evitar acúmulo de papéis;
- facilita transações comerciais;
- pagamento de contas em duplicidade;
- comprova a idoneidade do usuário;
- e outros;

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao ser chamada a opinar, em conformidade com o artigo 33, parágrafo 6º do Regimento Interno vem a fazê-lo, favoravelmente, enfatizando o mérito de tal propositura, trazendo benefícios à população em geral para manter e aumentar os padrões de vida da população, bem como garantir a continuidade do processo de “desburocratização dos órgãos públicos do Paraná”.

Favorável, é o parecer!

Sala das Comissões, em 23.09.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 274/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei dispõe no artigo 1º que as empresas prestadoras de serviços públicos como Abastecimento de água, esgoto, gás, energia elétrica e telefone ficam obrigadas, anualmente, a emitir

declaração negativa de débitos dos respectivos usuários.

O parágrafo único desse artigo estabelece que a declaração a que se refere o *caput* decorrido o prazo anual, constará no demonstrativo de cobrança.

A Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio é chamada a dar parecer porque tem competência para manifestar-se sobre as proposições comerciais, nos termos do Regimento Interno.

O parecer sobre o presente projeto de lei é inteiramente favorável.

Primeiro, porque, convertido em lei, vai estabelecer maior segurança nas relações comerciais entre as empresas prestadoras de serviços públicos e os usuários, conferindo a esses maiores garantias.

Segundo, porque terá condições de promover a racionalização dos procedimentos comerciais no âmbito das empresas prestadoras de serviços públicos, com simplificação de controles e eventual redução nos custos.

Finalmente, o parecer entende que também deve ser chamada a opinar sobre o presente projeto de lei a Comissão de Defesa do Consumidor, na forma do parágrafo 17 do artigo 33 do Regimento Interno (Resolução nº 31/99), uma vez que ele envolve matéria relativa à defesa do consumidor.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
CEZAR SILVESTRI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que incorpora ao currículo da Rede Estadual de Ensino de 1º grau a área de conhecimento “Cidade-Cidadania”. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. (Publ. no DA nº 034/2001, de 09.04.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 113/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, o projeto em questão incorpora ao currículo da Rede Estadual de Ensino de 1º Grau a área de conhecimento “cidade-cidadania”.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 113/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 113/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, incorpora ao currículo da Rede Estadual de Ensino 1º Grau a área de conhecimento “Cidade - Cidadania”.

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional, possuindo parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Todavia, a área de conhecimento “Cidade-Cidadania” já está presente na grade curricular das escolas estaduais, sendo tratada como “Tema Transversal” previsto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Secretaria de Estado da Educação informou que vem orientando os profissionais da educação sobre reestruturação curricular e o papel dos Temas Transversais sugeridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como a forma de abordagem das várias questões que deles fazem parte.

Os “Temas Transversais” não se constituem em novas áreas de conhecimento, mas num conjunto de temas que permeiam a concepção de diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas, conforme dispõe o artigo 27 da Lei nº 9.394/96.

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ÂNGELO VANHONI - Relator

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI Nº 113/2001

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar no currículo das escolas da Rede Estadual de Ensino a área de conhecimento “Cidade-Cidadania”, de modo a possibilitar o desenvolvimento da consciência de cidadania, podendo envidar esforços para a sua extensão à rede privada de ensino.

Art. 2º - São temas inerentes à área de conhecimento “Cidade-Cidadania”, entre outros, os seguintes:

- I - ecologia e meio ambiente;
- II - declaração Universal dos Direitos Humanos e Estatuto da Criança e do Adolescente;
- III - questão de gênero e raça;
- IV - direitos básicos do consumidor e Código do Consumidor;
- V - os três poderes e as Constituições Federal, Estadual e a Lei Orgânica dos Municípios;
- VI - o cidadão e as leis de trânsito;

VII - questão de sexualidade e drogas.

Art. 3º - As matérias da área de conhecimento “Cidade-Cidadania” poderão ser ministradas por professores da própria rede pública estadual de ensino, previamente preparados através de processo de formação específico.

Parágrafo Único - O Poder Público poderá oferecer, com recursos próprios ou através de convênio com universidades públicas ou da sociedade civil, aos professores da rede estadual de ensino, cursos de formação permanente.

Art. 4º - A área de conhecimento “Cidade-Cidadania” será implantada no início do ano letivo seguinte ao da regulamentação desta lei, sendo antecedida sua implantação por um processo de formação dos professores que ministrarão as matérias dessa área de conhecimento com duração de, no mínimo, 6 (seis) meses.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento:

Fernando Ribas Carli, Nelson Tureck, Miltinho Pupio, Edno Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Geraldo Cartário, Antonio Carlos Belinati, Divanir Braz Palma e Augustinho Zucchi.

**O projeto retorna à CCJ.**

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a criar e a implantar o curso de Licenciatura em Informática na extensão de Goioerê da Universidade Estadual de Maringá - UEM. **PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECER FAVORÁVEL DA CECE. Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2001, de 15/05/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 191/2001

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, que “autoriza o Poder Executivo a criar e a implementar o curso de Licenciatura em Informática na extensão de Goioerê da Universidade Estadual de Maringá - UEM”. (sic)

Chama esta relatoria a se pronunciar, nosso parecer é contrário a este projeto de lei, pelos seguintes fundamentos:

Parece-me de manifesta inconstitucionalidade o veículo, que tem na forma da lei “delegada”, face de seus

três artigos regularem apenas o modo de transferência do poder de legislar.

O eminente constitucionalista, professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, sobre o direito anterior esclarece que: “Delegação. A Constituição conserva o princípio da indelegabilidade das atribuições conferidas a cada poder. Torna porém, relativa essa proibição que era absoluta no texto de 1946 (art. 36, parágrafo 2º). Realmente, como está claro no dispositivo em exame, a Constituição admite exceções ao princípio da indelegabilidade, mas apenas nas exceções que ela própria prevê. A principal destas é a possibilidade do poder de legislar, autorizada no artigo 52.

Outra, a possibilidade de delegação de atribuição confiada ao presidente da República, nos termos do parágrafo único do artigo 81.

A permissão, ainda que excepcional, de delegação, rompe com a fórmula da “separação de poderes”. Constitui entorse a esta. De fato, a delegação quebra o equilíbrio entre os poderes e, confundindo num mesmo órgão duas funções, mormente a de legislar e a de executar as leis, gera o perigo de arbítrio. Disse Montesquieu: “quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistrados, o Poder Legislativo é reunido ao Poder Executivo, não há liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado faça leis tirânicas para executá-las tiranicamente”. Claro, a objeção não se aplica às delegações *interna corporis*, sendo o direito atual ainda mais rígido na indelegabilidade”. (*in*, comentários à Constituição Brasileira, 6ª Edição, Editora Saraiva, 1986, p.65)

De rigor a delegação é sempre forma de reduzir funções pertinentes ao Poder Legislativo, razão pela qual apenas o constituinte federal poder exercer tal poder redutor, como, de resto o fez ao prever as medidas provisórias e leis delegadas.

Ives Gandra da Silva Martins nos ensina que “em dois momentos, o constituinte outorga delegação de competência legislativa ao presidente da República. Para editar medidas provisórias e para produzir leis delegadas. Aquele é um veículo excepcional, que se tornou corriqueiro por força da tradição autoritária do Poder Executivo, em um país que viveu mais períodos de exceção que democráticos, ou da omissão do Congresso, cujos parlamentares até hoje não assumiram, nos já passados 100 anos de República, o relevante papel que deveriam desempenhar numa democracia, mesmo que presidencialista.

O outro veículo é a lei delegada. Esta tem seu sentido. Objetiva dar celeridade à ação do Executivo, mas com plena autorização do Legislativo, que confere ao presidente o direito de legislar por tempo certo e sobre matéria definida. Sua validade é incontestável até a revogação e imodificável pelo princípio da irretroatividade” (*in* Comentários à Constituição do Brasil, 4º volume, tomo I, Saraiva, 1995, p.519-520).

Sempre que um poder, por força de determinação de lei maior, receba atribuições pertinentes a outros, a democracia torna-se mais frágil, motivo que levou a doutrina, a interpretar que o poder de legislar delegado constitucionalmente dever ser interpretado nos estritos limites da delegação, não se admitindo que tais limites - exclusivos da União - sejam transferidos a Estados e municípios, risco de violação da independência e da harmonia entre os poderes.

Ora, o próprio enunciado do projeto de lei em apreço esclarece ser uma delegação legislativa. Declara a lei “autoriza” o Poder Executivo a criar e a implementar o curso de Licenciatura em Informática na extensão de Goioerê da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

O certo, todavia, é que tal delegação normativa, que transfere do Legislativo para o Executivo o poder de normar, é flagrantemente inconstitucional nos termos aqui apresentada.

Aliás, Pinto Ferreira ensina que “o princípio de indelegabilidade das funções orgânicas do Estado repousa em determinados fundamentos, especialmente na doutrina de separação de poderes.

A indelegabilidade acentua e destaca o reforço da repartição funcional da soberania, a distinção de poderes conforme o discurso do Barão de La Brède, Montesquieu: “Tudo seria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos príncipes, ou dos nobres, ou do povo, exercesse estes três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e aquele de julgar os crimes de dissídios dos particulares”.

Na Constituição de 1891, no artigo 15: “são órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si”. A indelegabilidade não era expressamente determinada, mas refletia-se no referido texto constitucional” (*in*, Comentários à Constituição Brasileira, 3º volume, Editora Saraiva, 1992, p.353/354).

Apenas por este aspecto já se poderia inquinar todo o projeto de lei de densamente inconstitucional.

Mas não é só por isso.

O projeto apresenta vício de origem, ou seja, a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública (direta ou indireta) é exclusiva do governador, como estatui o artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privada do governador as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública”.

E, nem se diga que trata-se de projeto autorizatório.

No caso em tela, o projeto de lei autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência, que é de sua competência exclusiva, é inconstitucional.

A forma autorizativa de que se reveste o artigo 1º do projeto de lei em apreço, tem o efeito de superar a sua inadmissibilidade por impropriedade de iniciativa.

Não sei onde encontrar fundamento legal para sua apresentação, pois, mesmo aprovado, não cria uma obrigação para o Poder Executivo. É mera redundância autorizar o que já está autorizado pela Constituição.

Apenas *ad argumentandum*, numa hipótese de aprovação deste projeto, qual a sanção que sofreria o Executivo pelo seu não cumprimento? Nenhuma!

Assim, diante dos óbices apontados o parecer é pela legalidade e inconstitucionalidade do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 191/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Licenciatura em Informática, na extensão de Goioerê da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

A referida proposição revela-se meritória, uma vez que cuida de levar ao interior do Estado a implantação do curso de Licenciatura em Informática, visando colocar ao alcance daquelas populações maiores oportunidades de acesso ao ensino superior, notadamente na área de informática, que se tornou disciplina obrigatória face às novas exigências do mercado, dado ao elevado índice de informatização.

Assim sendo o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente e Relator

### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que torna obrigatória a inclusão, na rede estadual de ensino, da disciplina História do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 358/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 358/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão torna obrigatória a inclusão na rede pública estadual de disciplina de História do Paraná como parte diversificada do currículo de ensino fundamental e médio.

O projeto é meritório e está de acordo com os ditames da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Pelo exposto, não existem óbices de natureza legal ou constitucional, motivo pelo qual opino pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 358/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do deputado Hermas Brandão, objetiva tornar obrigatória a inclusão, na rede pública estadual de disciplina de História do Paraná.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o artigo 7º do Regimento Interno, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 29.11.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente e Relator

### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS. (Fica acrescida alínea "P" ao inciso II, do artigo 14). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ no DA nº 154/2001, de 23.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 548/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 548/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS acrescentando a alínea "p" no inciso II do artigo 14.

O Artigo 14, inciso II da Lei 11.580/96 assim dispõe:

"Art. 14 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

omissis

II - alíquota de 12% (doze por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

omissis"

O projeto pretende incluir nos produtos tributados com alíquota de 12% os produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: assentos (9401); móveis (9403); suporte elásticos para camas (9404.10) e colchões (9404.2).

A proposição está de acordo com as disposições constitucionais e infraconstitucionais, não havendo óbice para sua tramitação.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 548/2001

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente plano de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS. (Fica acrescida alínea “p” ao inciso II, do artigo 14).

**Fundamentação**

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o § 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade, pois os custos relacionados à carga tributária dos móveis se apresentam extremamente gravosos e afastam inúmeras pessoas da possibilidade de aquisição desse tipo de bem que complementa o bem-estar e a dignidade de quem tem a possibilidade de viver sob um teto. Daí sugere-se tratamento semelhante ao que já vem sendo adotado por outros Estados, especialmente São Paulo (Lei nº 10.532, de março de 2000) e Minas Gerais (Lei nº 13.271, de julho de 1999), que minoram os encargos de ICMS para 12% nas operações com móveis.

**Conclusão**

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4153 de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa fará a verificação de votação.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Solicito chamada nominal.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, antes da chamada nominal, eu gostaria que V. Exa. lesse o inteiro teor do requerimento para que pudéssemos conhecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito do senhor 1º Secretário que proceda à leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Zuk**)

“Requerimento.

Requer envio de pedido de informações ao senhor Secretário da Segurança Pública, José Tavares.

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer o envio de pedido de informações ao senhor Secretário da Segurança Pública, senhor José Tavares, solicitando o que se segue:

1º - Qual o contrato ou convênio existente entre o Departamento de Trânsito do Paraná e a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores?

Nestes termos.

Pede deferimento”.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos proceder à verificação de votação.

Os deputados favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se.

Solicito do senhor 1º Secretário que proceda à contagem.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

É possível o encaminhamento ainda?

Eu pediria aos deputados da Comissão de Orçamento que aprovaram a convocação, que aprovasse, o requerimento também, porque é exatamente o que vamos tratar na Comissão de Orçamento.

É o motivo do pedido de informações.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, são dois requerimentos de minha autoria que estão apensados no pedido de informação.

Para esclarecer o deputado Durval Amaral, que é da Liderança do Governo, tem um requerimento que acho que é esse que V.Exa. está pondo em votação agora, diz respeito se o Detran tem convênio para liberação de licenciamento com a FENABRAVE, se tem convênio ou se tem algum acordo com a FENABRAVE. É só esse o pedido de informação.



O outro, é a respeito das obras para a construção das penitenciárias, das verbas para o Secretário da Segurança; se empenhou ou não empenhou. Qual nós estamos votando agora?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Estamos votando o requerimento que pede informação sobre o contrato ou convênio existente entre o Departamento de Trânsito do Paraná e a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vinte e sete deputados votaram favoravelmente ao requerimento.

Deputados contrários queiram levantar-se. Vinte senhores deputados votaram contra o requerimento.

Portanto, o requerimento está **Aprovado**.

Requerimento de autoria do deputado Durval Amaral - Requer regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 02/2001, oriundo da Mensagem 03/2001. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, mais uma vez eu peço a V. Exa, que determine a leitura do inteiro teor do requerimento, para que possamos ter consciência de qual projeto se trata esse regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao senhor 1º Secretário que proceda à leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede à leitura do requerimento.

#### “REQUERIMENTO

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, “regime de urgência” para a tramitação do Projeto de Lei 002/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 003/2001, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Cíveis e Militares, ativos e inativos e pensionistas e seus dependentes.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Líder do Governo”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN

Gostaria de saber, na Sessão de ontem foi discutido esse assunto e ficou para a CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está na CCJ o projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas passou pela CCJ? Porque o acordo de ontem teria que passar na CCJ e depois viria para Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está na CCJ. Depois de passar pela CCJ, é que voltará ao Plenário.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Só para esclarecer o deputado Neivo Berardin, hoje eu relatei esse projeto na CCJ. Entretanto houve pedido de vistas e o presidente da CCJ houve por bem dar 24 horas para que ele fosse relatado, razão pela qual, em função das possíveis manobras regimentais que possam ser adotadas, nós estamos insistindo no regime de urgência para que possamos votar isso neste período legislativo. Estou reiterando, nesta tarde o regime de urgência porque a intenção era de ser votado hoje na CCJ e nós não conseguimos votar na CCJ esta matéria.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, ontem regimentalmente, nós impedimos que esse regime de urgência fosse votado até para que nós tivéssemos um mínimo de tempo para tentarmos alguma modificação no projeto da maneira que ele está elaborado, através de um substitutivo. Como foi feita essa tomada de posição, na CCJ pedindo adiamento e já vem a liderança do Governo tornar praticamente sem efeito aquilo que nós conseguimos lá, que é regimental também, nós, da Oposição, vamos votar contra o regime de urgência que é solicitado pelo Governo.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para conhecimento da Casa eu gostaria de saber se esse projeto tem já parecer da Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Accorsi?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente, já existe o parecer.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu quero insistir mais uma vez, o deputado Waldyr já o fez, deputado Neivo também já o fez. Eu entendo que na CCJ nós estamos caminhando bem, quer dizer, o projeto está caminhando bem, já recebeu Emendas, são 13, algumas com parecer favorável, outra com parecer contrário pelo eminente relator, deputado Durval Amaral, foi pedido vistas, tivemos um entendimento na CCJ para que amanhã posa ocorrer uma nova reunião, o presidente Basílio Zanusso nos convocou para amanhã.

Então, eu faço um apelo ao deputado Durval, as coisas estão caminhando bem, eu acho que não há necessidade de nós atropelarmos o processo.

Acho que o correto seria não aprovar esse regime de urgência, se amanhã não for aprovado, aí, sim, aprova o regime de urgência. A bancada do Governo tem condições de requerer e transformar o Plenário em Comissão Geral, mas é um assunto polêmico que está há quase um ano na Casa. Então, não há necessidade de nós atropelarmos, de uma hora para outra.

Então eu faço um apelo, deputado Durval: para que V. Exa. desista hoje, adie para amanhã o requerimento de regime de urgência e amanhã vamos ver o que acontece na CCJ. Eu acredito que amanhã o projeto vai ser liberado na CCJ e nós poderemos votá-lo tranquilamente. Se V. Exa. perceber que não tem condições de votar, pode utilizar aquilo que nós já utilizamos outras vezes, que é a transformação do Plenário em Comissão Geral e resolver, de uma vez por todas, esse assunto. Eu vejo que é um assunto que merece uma atenção especial e não precisa de regime de urgência.

O SR. DURVAL AMARAL

Vou insistir, senhor presidente, na votação do regime de urgência.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, veja bem, nós, após um acontecido aqui na Assembléia, solicitamos à Presidência que tomasse a seguinte decisão: todos os requerimentos levados à Mesa deveriam ser também levados às lideranças, para que nós pudéssemos tomar conhecimento.

Esse requerimento que a liderança do Governo introduziu me parece, agora, não é do nosso conhecimento. Se fosse do nosso conhecimento nós já teríamos tomado outras decisões. E nós confiamos que a Mesa é democrática e quer sempre acertar, tivesse tomado essa providência.

Eu não tenho conhecimento, como líder da Oposição, que o requerimento tenha sido enviado a nós. Então, nós estamos sendo surpreendidos, como fomos surpreendidos numa sessão menor, aqui da Assembléia, quando introduziram após a Assembléia ter reverberado a posição do senhor Ingo Hubert, a Assembléia com um requerimento, introduzindo no meio de um calhamaço, acabou aprovando com louvor a sua atuação, talvez esteja se repetindo, na tarde de hoje, aquilo que foi...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência vai decidir, deputado Durval. Houve uma falha na Mesa, não foi encaminhado às Lideranças, cópia do requerimento.

Eu faço um apelo a V. Exa. no sentido de votarmos o requerimento amanhã.

O SR. DURVAL AMARAL

Eu aceito a sua sugestão, e esperamos que amanhã seja relatado na CCJ. Em não sendo, nós vamos insistir no regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 4161, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Valdir Rossoni, a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Súmula - requer envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, senhor José Tavares.

**(Finda a leitura do conteúdo do requerimento).**

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, havia entendido que já tínhamos votado esse requerimento! Quando o deputado Vanhoni solicitou, disse que tinha apresentado os dois requerimentos. E, na minha avaliação, já tínhamos votado esse requerimento!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi votado um requerimento do deputado Vanhoni e aprovado. Este é o segundo.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Mas é com o mesmo teor?

O SR. DURVAL AMARAL

Não é o mesmo teor, senhor presidente.

Só para esclarecer ao deputado Cezar Silvestri: o requerimento que foi aprovado anteriormente, também de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, também era um pedido de informações ao secretário José Tavares, mas se endereçava ao Detran do Paraná.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Quero aqui novamente pedir - porque entendi que estávamos votando esse requerimento, naquele momento, - aos membros da Comissão de Orçamento, porque discutimos hoje pela manhã, exatamente esse assunto, que é motivo da convocação do secretário José Tavares e peço aos membros da Comissão que aprovelem esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento que foi aprovado foi o seguinte: "Requerimento do deputado Ângelo Vanhoni: requer envio de pedido de informações ao secretário da Segurança Pública, José Tavares, solicitando o que segue: qual

o contrato ou convênio existente entre o Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/PR e a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores - Fenabrave?"

Esse foi aprovado.

Agora, o outro requerimento.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, queiram levantar-se.

Solicito aos deputados que fiquem em seus lugares, senão teremos dificuldades para verificar a votação.

18 (dezoito) senhores deputados aprovam o requerimento.

Os que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

25 (vinte e cinco) deputado rejeitam.

**Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 4135, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4136, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4137, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4139 e 4140, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4141 e 4142, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4148 e 4149, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4151 e 4152, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4154, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4158, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4160, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4162, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4131, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Luiz Carlos Zuk, queiram levantar-se.

19 (dezenove) senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

26 (vinte e seis) rejeitam.

**Está rejeitado o requerimento.**

Solicito ao 1º vice-presidente da Casa, deputado Elio Rusch, que se instale a CPI dos Alimentos, para que possa estar funcionando já a partir de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 290/99; 142, 217, 344, 346 e 470/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 426/99; 274/2000; 191, 358 e 548/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 310, 401, 427/2000; 111, 117, 120, 205, 238 e 609/2001.

Levanta-se a Sessão.